

Demonstrações Contábeis

Consolidadas em IFRS

1º TRIMESTRE DE 2024



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º TRIMESTRE DE 2024

Senhores acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do SISTEMA FINANCEIRO BANESTES - SFB, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2024, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

1. CONTEXTO ECONÔMICO

Existem duas conjunturas econômicas distintas nesse documento: a conjuntura internacional, com significativos desafios macroeconômicos aliados a conflitos internacionais, e a conjuntura doméstica, com inflação a caminho da meta, PIB em trajetória de crescimento e mercado de trabalho pujante. O principal desafio do governo brasileiro será não deixar o cenário internacional contaminar os nossos indicadores e transformar as boas perspectivas que temos em incerteza no curto/médio prazo.

O FMI prevê¹ crescimento de 2,4% da economia global para 2024, constituindo na terceira desaceleração consecutiva do desempenho mundial. Esse crescimento é desigual entres os países do mundo, com notório destaque para a Índia pelo avanço estimado em 6,4% e para os Estados Unidos, cujo mercado de trabalho superaquecido nos dá a impressão de existência do pleno emprego. Já as demais regiões apresentam crescimento limitado, a exemplo da Zona do Euro que tem projeção de elevação de 0,9% do PIB e a China, cujos problemas estruturais no setor de Construção Civil e o envelhecimento precoce da população já apresentam sinais de entrave para seu desenvolvimento.

A inflação Global está em queda e tem projeção do FMI de 5,8% para 2024, muito em função da atuação dos bancos centrais pelo mundo que, desde início do ano passado, vêm elevando as taxas de juros a patamares somente vistos antes 2008, determinando a contração dos investimentos e da atividade econômica de maneira generalizada. Mesmo assim, a restrição do comércio e a elevação de preços da energia provocada pelos conflitos internacionais se tornaram um entrave à redução dos juros na Europa e nos Estados Unidos no primeiro semestre deste ano. Se os conflitos se apaziguarem, teremos melhores condições para crescimento do comércio internacional, mas, se a escalada de tensão dos conflitos persistir, uma redução do comércio global e um aumento da inflação já é esperada.

Aqui no Brasil, o cenário é outro. De acordo com o IPEA², o país registrou recordes no comércio internacional em 2023 e estatísticas macroeconômicas positivas, a exemplo do crescimento significativo do setor agropecuário e do mercado de trabalho. Apesar das projeções deste ano não igualarem os resultados obtidos ano passado, elas são

¹ FMI, World Economic Outlook Update. Jan/2024.

² IPEA, Carta de Conjuntura n. 27.

animadoras e demonstram superação nos entraves da economia brasileira. A variação da projeção do PIB nacional em 2024 é de 2,2%, fundamentado na manutenção do crescimento dos serviços, muito em função do bom desempenho do mercado de trabalho. Outro destaque são os investimentos, cujo resultado de 2023 foi um dos piores da história (-3,0%), mas o IPEA projeta aumento de 3,5% para o presente ano.

A inflação segue em trajetória descendente e se situa entre as bandas da meta. O Grupo de Conjuntura do IPEA projeta o IPCA do ano em 4,0%, enquanto que a mediana do Relatório Focus³ está em 3,7%. Desde meados de 2023, o Bacen vem realizando seguidos cortes nas taxas de juros e a previsão do IPEA é que elas cheguem ao patamar de 9% e do Relatório Focus ao patamar de 9,1% no final de 2024. Esse movimento beneficia tanto as contas do governo, que necessita de menos dinheiro para pagar os encargos da dívida, quanto estimula a aquisição de empréstimos pelos agentes econômicos. O Banco Central já revisou para cima o crescimento do crédito, passando de 8,8% para 9,4% em 2024⁴, efeito que impulsiona a consolidação dos indicadores positivos supracitados.

2. DESTAQUES DO PERÍODO

Com mais um trimestre de bons resultados, o BANESTES vem se consolidando como uma instituição cada vez mais forte e certa de seu papel junto a sociedade capixaba. O compromisso com a sustentabilidade empresarial segue sendo uma diretriz concreta do Banco, forjada em bases indispensáveis ao mercado bancário, como: Negócio, Tecnologia da Informação e Comunicação e Gente. Buscando cumprir sua função econômica e social, o BANESTES levanta sua bandeira “Crescemos juntos” apoiando os clientes e a sociedade como um todo, com a oferta de soluções financeiras personalizadas, crédito a baixo custo, serviços, atendimento e parcerias.

- ✓ Lucro Líquido atingiu R\$ 68 milhões (+50,3% em 12 meses e -0,1% em 3 meses) no primeiro trimestre, correspondendo a R\$ 0,21 por ação. O faturamento⁵ ficou estável (-0,2%) com relação ao primeiro trimestre de 2023 e -3,8% contra o trimestre anterior, somando R\$ 1,3 bilhão, em que as receitas com empréstimos e recebíveis avançaram (+12,4% em 12 meses e +0,8% em 3 meses) reflexo da elevação dos recursos da carteira de crédito a clientes⁶ (+21,0% em 12 meses e +5,3% em 3 meses); e as receitas ligadas a Tesouraria retraíram sob efeito direto da redução da taxa de juros/selic (-5,6% em 12 meses e -5,5% em 3 meses). Cabe registrar maior resultado de seguros e previdência (+29,3% em 12 meses e +25,6% em 3 meses). Já as despesas financeiras no trimestre somaram R\$ 881 milhões (-3,5% em 12 meses e -2,7% em 3 meses) com destaque para a redução dos custos com depósitos de clientes (-9,1% em 12 meses e -3,3% em 3 meses) sob viés da queda da taxa de juros/Selic, mesmo avesso à elevação do saldo de depósitos de clientes (+8,6% em 12 meses e +2,5% em 3 meses). As perdas com *impairment* no trimestre registraram R\$ 86 milhões (-31,4% em 12 meses e +17,7% em 3 meses). Outros itens que impactaram o resultado do trimestre foram: i) a queda do resultado com serviços e

³ Relatório Focus – BCB – 12 de Abril de 2024.

⁴ BACEN. Relatório de Inflação. Março de 2024.

⁵ Trata-se do total das receitas financeiras, receitas de serviços, resultado de ativos financeiros para negociação, resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes, resultado de seguros e previdência e resultados de operações de câmbio e variação cambial.

⁶ Trata-se do total do saldo bruto de empréstimos e recebíveis.

comissões (-13,3% em 12 meses e -0,9% em 3 meses); e ii) aumento dos custos administrativos – pessoal e outras despesas (+18,6% em 12 meses) motivado pela necessidade de contratação de funcionários e pelas demandas de crescimento da operação bancária. Em suma, a eficiência operacional⁷ no trimestre foi de 53,6% e a eficiência operacional ajustada ao risco⁸ atingiu 67,1%;

- ✓ O patrimônio líquido registrado no primeiro trimestre de 2024 foi de R\$ 2,2 bilhões, 8,6% superior ao mesmo período de 2023 e 2,5% maior que a posição do quarto trimestre de 2023. O índice de Basileia alcançou 14,4% composto integralmente de capital nível I. O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE)⁹ foi de 16,8% e o retorno sobre o ativo (ROA)¹⁰ foi de 0,9%. A reserva de lucros (R\$ 527 milhões) avançou 30,6% na comparação com o primeiro trimestre de 2023. Foi destinado aos acionistas no trimestre, a título de juros sobre capital próprio o montante de R\$ 22 milhões, que representa a distribuição de 31,6% do lucro líquido do período;
- ✓ Os ativos no primeiro trimestre de 2024 atingiram R\$ 42,6 bilhões, crescentes 14,9% contra o mesmo período de 2023 e 2,9% contra o quarto trimestre de 2023. Houve avanço da posição financeira dos recursos em instrumentos de dívidas e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (+20,6% em 12 meses e -0,8% em 3 meses) em face da estratégia de posicionamento em títulos públicos e privados. Dessa forma, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia atingiram R\$ 2,3 bilhões (-25,2% em 12 meses e +26,4% em 3 meses). Os recursos em empréstimos e recebíveis mantiveram forte avanço (+21,4% em 12 meses e +5,2% em 3 meses), reflexos das safras de crédito oriundas das demandas proporcionadas pela retomada da economia local, principalmente no setor de varejo e de serviços. O BANESTES mantém a máxima atenção e direciona suas estratégias e medidas à adequação da política e processos de concessão de crédito, proporcionando maior qualidade às garantias adquiridas nas novas concessões e o aprimoramento dos processos de reestruturação de ativos e recuperação de créditos em prejuízo;
- ✓ A carteira de crédito a clientes registrou o saldo de R\$ 10,0 bilhões crescentes 21,0% contra o primeiro trimestre de 2023 e 5,3% contra o quarto trimestre de 2023. O segmento pessoa física totalizou R\$ 6,9 bilhões (+24,2% em 12 meses e +5,2% em 3 meses); enquanto, o segmento corporativo somou R\$ 3,1 bilhões (+14,4% em 12 meses e +5,4% em 3 meses). Da carteira de clientes corporativos, 67,9% foram concessões à micro, pequenas e médias empresas e 32,1% foram concessões a grandes empresas. Destaque para as modalidades: crédito imobiliário (+48,2% em 12 meses e +8,2% em 3 meses), crédito pessoal (+13,3% em 12 meses e +3,3% em 3 meses), crédito rural (+52,7% em 12 meses e +19,3% em 3 meses) e crédito comercial (+11,4% em 12 meses e +4,1% em 3 meses). No conceito carteira de crédito a clientes ampliada¹¹, o saldo nesse trimestre atingiu R\$ 13,2 bilhões (+11,0% em 12 meses e

⁷ Relação entre o total da despesa administrativa (pessoal e outras) e o total da margem financeira, da receita com serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, do resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.

⁸ Relação entre o total da despesa administrativa (pessoal e outras) e o total da margem financeira, do resultado com *impairment* de ativos financeiros, da receita com serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, do resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.

⁹ Relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e a média dos patrimônios líquidos de março de 2024 e março de 2023.

¹⁰ Relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e a média dos ativos totais de março de 2024 e março de 2023.

¹¹ Trata-se do total dos saldos brutos de empréstimos e recebíveis, de TVM privado (debêntures, notas promissórias, CDBs – certificado de depósitos bancários, letras financeiras, CRIs – certificado de recebíveis imobiliários, letras de crédito do agronegócio, FDICs – fundo de investimento em direitos creditórios e letras de crédito imobiliário) e garantias prestadas (avais e fianças).

+3,3% em 3 meses). O saldo em *impairment* nesse trimestre totalizou R\$ 524 milhões (+12,8% em 12 meses e +7,1% em 3 meses), puxado pelo crédito imobiliário, crédito pessoal e cartões;

- ✓ O índice de inadimplência (>90 dias) encerrou o trimestre em 2,5% e no conceito ampliado em 1,9%. As operações com atraso superior a 90 dias no segmento da pessoa física foram de 1,9% enquanto, no segmento corporativo atingiu o patamar de 3,7%. Em suma, a Inadimplência da carteira de crédito comercial apresentou uma leve redução (-0,3 p.p.) quando comparado com o mesmo período de 2023, pautada preponderantemente na queda da inadimplência (-1,3 p.p.) no segmento corporativo. A classificação por níveis de risco de crédito se posicionou no primeiro trimestre de 2024 da seguinte forma: 73,2% classificadas nos níveis de risco AA e A, 21,4% entre os níveis de risco B e C, 3,7% entre D e G e 1,7% no nível de risco H. Consoante com sua estratégia e atento ao cenário macroeconômico atual, o BANESTES aplica toda sua cautela, métodos e sistemas no controle e gestão da qualidade das garantias junto às novas concessões e às operações em carteira, que apresentam potencial de *default*;
- ✓ Os depósitos de clientes somaram R\$ 22,9 bilhões no trimestre, crescentes 8,6% contra o mesmo período de 2023 e 2,5% contra o quarto trimestre de 2023. Os recursos de depósitos a prazo avançaram mais intensamente no período (+11,5% em 12 meses e +4,0% em 3 meses), enquanto, os recursos em poupança expandiram de forma mais branda (+4,0% em 12 meses e +1,5% em 3 meses). Já os recursos de depósitos à vista retraíram (-11,2% em 12 meses e -14,3% em 3 meses) reflexo da necessidade de caixa das empresas e do governo/prefeituras. Os recursos em títulos de dívidas emitidos totalizaram R\$ 616 milhões avançando 8,8% em doze meses e apresentando queda de 9,4%, quando comparado com o trimestre anterior. Os recursos de instituições financeiras atingiram R\$ 15,3 bilhões, elevando-se 29,1% em doze meses e +4,4% contra o trimestre anterior, decorrente das condições de mercado. No trimestre, o BANESTES gerenciou 997 mil contas correntes (+6,2% em 12 meses) e 648 mil contas de poupança (+1,5% em 12 meses), relacionando-se com 1.381 mil clientes (+4,2% em 12 meses), a sua maioria, 1.304 mil foram pessoas físicas (+4,1% em 12 meses) e 77 mil pessoas jurídicas (+4,4% em 12 meses). Os recursos em fundos administrados totalizaram no período o saldo de R\$ 6,7 bilhões com retração (-3,6%) em doze meses e já em crescente recuperação (+6,9%) em três meses, decorrente da estratégia de migração de recursos à tesouraria do Banco, implantada no ano de 2023;
- ✓ As despesas administrativas (pessoal e outras) atingiram nesse trimestre o montante de R\$ 228 milhões, elevação de 18,6% contra o mesmo período de 2023 e -11,4% contra o trimestre anterior, decorrente, em suma, dos impactos das demandas de expansão dos negócios bancários e pela constituição de bônus para pagamento de remuneração variável ocorrida no quarto trimestre de 2023. Os itens de despesas/custos que impactaram a atividade bancária foram: publicidade, promoções e propaganda comercial (+119,8% em 12 meses e +64,6% em 3 meses), serviços técnicos especializados (+53,6% em 12 meses e +28,0 em 3 meses) e processamento de dados (+37,2% em 12 meses e +19,3% em 3 meses). Importante frisar que os trabalhos em andamento e ações aplicadas para racionalização de custos têm como diretriz a preservação da qualidade dos serviços prestados, sempre focando na melhor experiência do cliente. No trimestre, o índice de cobertura geral¹² atingiu 34,6%;

¹² Relação entre a receita de serviços e o total da despesa administrativa (pessoal e outras).

- ✓ O resultado de serviços e comissões no trimestre registrou 41 milhões, quedas de 13,3% contra o primeiro trimestre de 2023 e 0,9% contra o trimestre anterior, no qual as receitas de serviços somaram R\$ 79 milhões (-7,2% em 12 meses e +3,6% em 3 meses) impactado pelas reduções de receitas com administração e distribuição de fundos e com transferência de fundos e recursos; mesmo com a estabilização/queda das despesas com serviços (+0,3% em 12 meses e -6,3% em 3 meses) influenciado pelo recuo dos custos com correspondente bancário (-10,2% em 12 meses e -9,2% em 3 meses) e com comercialização de planos de seguros e previdência (-15,1% em 12 meses e -1,8% em 3 meses). Os canais digitais (*Internet Banking* e aplicativo BANESTES) foram responsáveis por 17 milhões de transações financeiras (+26,4% em 12 meses);
- ✓ O total de Impostos, Contribuições e Encargos Sociais pagos ou provisionados pelo BANESTES no primeiro trimestre de 2024 somaram R\$ 88 milhões. Desse montante, R\$ 65 milhões (+6,2% em 12 meses) foram recolhidos aos cofres públicos em forma de impostos e contribuições, refletindo a importância das operações desenvolvidas e executadas pela Instituição. Os outros R\$ 23 milhões (+7,1% em 12 meses) referem-se aos encargos sociais sobre a folha de pagamentos; e
- ✓ A nota de rating do BANESTES é AA+(bra) com perspectiva estável concedida pela Fitch Rating - agência de classificação de risco. Em sua análise, relata uma visão positiva quanto a estrutura de governança corporativa e o sólido perfil financeiro do banco, que via de regra é sustentado pela estabilidade e força dos indicadores de rentabilidade, capitalização, captação e liquidez;

3. GESTÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O BANESTES desenvolve em sua cultura organizacional os conceitos de Governança Ambiental, Social e Corporativa (ESG, na sigla em inglês), incorporando visões conectadas com os anseios de todos os *stakeholders*. A sustentabilidade está incorporada na nossa estratégia, que tem por premissas a geração de valor, a transparência, a governança corporativa e a responsabilidade social, ambiental e climática. Reconhecendo a urgência e necessidade de promover ações concretas em matéria de ESG, criamos uma gerência específica para a especialização voltadas para a implementação do Plano de Ações ESG e para a criação de iniciativas, visando o reconhecimento da companhia para o mercado financeiro.

Foi contratada a prestação de serviços de consultoria para análise e desenvolvimento de matriz de materialidade do BANESTES e, para criação, desenvolvimento, diagramação e disponibilização de relatório de sustentabilidade nos padrões internacionais do *Global Reporting Initiative* (GRI).

Iniciamos o projeto de Educação Financeira, visando atendimento a Resolução Conjunta nº 8, em 21/12/2023 do BCB e CMN. Esse projeto tem como finalidade levar conhecimento sobre educação financeira tanto internamente, quanto para os mais variados públicos externos do banco. Nosso objetivo é proporcionar educação financeira para alunos escolas públicas e seus familiares, bem como diversas

Organizações Não Governamentais e clientes do banco.

O Banco se mantém como signatário do Pacto Global das Nações Unidas, a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com participação de empresas e organizações de 160 países. O Pacto Global objetiva alinhar as estratégias e as operações das empresas a Dez Princípios Universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, de modo que elas desenvolvam ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade. Para iniciar ações concretas em ESG em consonância com as ações propostas pelo Pacto Global das Nações Unidas, o BANESTES assumiu o compromisso público com os Movimentos “Elas Lideram”, “Raça é Prioridade”, “Ambição Net Zero” e “Transparência 100%”.

Em termos de GENTE, foram recebidos 98 novos colaboradores, que participaram da Integração ao BANESTES. Com um novo formato, mais dinâmico e na modalidade presencial, o IntegraB é destinado aos convocados dos últimos concursos, com palestras e apresentações sobre cultura, processo de avaliação, benefícios, Regime Disciplinar, Guia de Conduta Ética, redes sociais da empresa, inovação e temas de *compliance*, finalizando com um dia de imersão numa de nossas agências.

Nossa Seleção Interna é um processo estratégico cujo objetivo é identificar talentos internos para preencher posições estratégicas com profissionais qualificados. Por meio de um modelo criterioso, transparente e de alto nível, proporciona o crescimento dos colaboradores dentro da organização, ao mesmo tempo em que funciona como um instrumento de meritocracia, valorizando a alta performance, a experiência profissional, o conhecimento e as habilidades dos colaboradores. Nesse trimestre, 110 colaboradores foram promovidos. Ainda, em conformidade com o Código de Certificação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), mantivemos cursos de atualização e de novas certificações para o público elegível e desejável, visando proporcionar o aperfeiçoamento dos nossos profissionais.

O Voluntariado Corporativo está alinhado ao Pilar Saúde Social do Programa Cuidar 360°, inserido no contexto do ESG, cada vez mais relevante para as empresas. Essa iniciativa visa engajar os colaboradores nos objetivos socioambientais da empresa, fortalecendo a cultura organizacional, seus valores e as causas que a instituição prioriza. O objetivo é tornar a estratégia tangível e gerar um impacto positivo na vida dos capixabas, enquanto se promove um ambiente acolhedor e relações positivas entre os colegas, auxiliando na inclusão de grupos minoritários.

Nesse contexto, a Campanha Solidária BANESTES se manteve presente, reafirmando o compromisso com a Responsabilidade Social e incentivando o voluntariado corporativo. Dentre as iniciativas, destacamos a campanha em apoio às vítimas das enchentes na região Sul do Estado. Graças à solidariedade dos colaboradores, conseguimos arrecadar R\$ 41.318. O BANESTES dobrou o valor arrecadado, totalizando R\$ 82.636 em doações. Esse resultado reflete a força e a solidariedade do nosso Time de Gigantes.

No contexto da inovação, o BANESTES destaca o *BanesHub*, local onde são impulsionadas as iniciativas relativas ao tema no SFB. No âmbito do fortalecimento da jornada de transformação digital, realizamos o acompanhamento da recente implantação de solução que viabilizou contratações administrativas em jornada digital, entrega realizada em parceria com o Governo do Estado do ES. Seguiram também, em andamento, as atividades ligadas a estudos de viabilidade e projeto conceitual para armazenamento, digitalização e assinaturas digitais de documentos.

No primeiro trimestre de 2024, implantamos o Programa *Inov.AI*, iniciativa que visa democratizar o acesso à tecnologia e desenvolver talentos com o objetivo de disseminar a utilização da tecnologia *Low-Code* no SFB, gerando maior agilidade e flexibilidade no desenvolvimento das aplicações menos complexas.

Neste período, a partir de avaliações de soluções de Inteligência Artificial (IA) generativa, conhecendo os benefícios, uso e aplicabilidade desse tipo de tecnologia, implantamos também o “*Sab.IA*”, solução de Assistente Inteligente que visa aprimorar o atendimento interno dos colaboradores, melhorando a qualidade, eficiência e produtividade, além do tempo de atendimento, otimizando a busca por informações estruturadas no formato de *chatbot*. A solução apresenta modelo de IA próprio com tecnologia de origem 100% capixaba desenvolvida por *startup* incubada na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Dos demais projetos em andamento com times residentes no *Baneshub*, destacamos os que promoveram o lançamento do Banco Digital Bizi e a implantação do novo sistema core de crédito para o BANESTES.

No âmbito da inovação aberta e das parcerias, destacamos que o BANESTES manteve a parceria com o Base 27, *hub* corporativo de inovação do Espírito Santo cujo objetivo é construir uma comunidade forte e capaz de criar um ambiente e conexão para o surgimento de soluções e práticas inovadoras. O banco também manteve a parceria com a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (AMCHAM), que objetiva proporcionar a participação dos empregados do BANESTES em eventos com a rede de associados, incluindo seminários, fóruns, *benchmarks* e acesso ao ambiente de inovação da *AmCham Lab*. Neste período, participamos, ainda, do Programa de Empreendedorismo Industrial, iniciativa do FindesLab, *hub* de inovação da indústria capixaba, em que selecionamos uma *startup* que está conduzindo o desafio proposto para viabilização de automação de processo interno a partir de solução que se utiliza da tecnologia *Blockchain*.

As frentes de inovação focadas em inteligência de dados seguem atuando tanto na extração de informações a partir do relacionamento com os clientes, quanto no apoio à análise de dados das operações internas da Instituição. Desse modo, continuamos avançando na personalização do atendimento ao cliente, no refinamento dos processos operacionais internos e no apoio à tomada de decisão. Também seguimos avançando com o mapeamento de dados para viabilizar a evolução dos atuais modelos de risco de crédito e com o estudo de viabilidade para o desenvolvimento de um ecossistema de dados contemplando a modernização das soluções e processos de *Business Intelligence*, *Analytics* e Inteligência Artificial, que também contempla a realização de capacitações para fomento da cultura de dados no Banco.

Essas ações reforçam a conexão do BANESTES com o movimento de inovação, viabilizando o aperfeiçoamento das soluções existentes e o desenvolvimento de novos produtos e serviços, em caminhada contínua rumo à expansão de serviços digitais que melhorem a experiência do cliente, facilitando o seu dia a dia e aumentando as possibilidades de acesso aos serviços bancários sem a presença física junto ao banco, o que, nos dias atuais, otimizam tempo do cliente e da Instituição, além de alcançar redução das despesas operacionais e avançar na otimização do uso responsável e sustentável de recursos físicos e digitais.

Os investimentos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação alcançaram o marco de R\$ 23 milhões de janeiro a março de 2024, o que proporciona melhorias nos serviços bancários, com a modernização dos sistemas de informação, da infraestrutura de comunicação, da segurança da informação e da rede autoatendimento, sendo todos esses serviços imprescindíveis e de grande importância para todo o SFB, acelerando sua transformação digital.

Junto desse olhar da transformação digital, as transações totais, que incluem consultas de informações como extrato, no Aplicativo BANESTES somaram mais de 36 milhões de transações no primeiro trimestre de 2024, um crescimento de 16,5% quando comparado com o primeiro trimestre de 2023. Analisando as transações totais, o Aplicativo BANESTES continua sendo o principal canal de transações para os clientes. Os canais digitais (*Internet Banking* e Aplicativo BANESTES) foram responsáveis por quase 17 milhões de transações financeiras no primeiro trimestre de 2024, crescimento de 26,4% quando comparado com o primeiro trimestre de 2023.

Apesar da busca pela digitalização, o BANESTES não desvia do atendimento próximo e de forma presencial sempre que o cliente sentir essa necessidade, isso fica claro em nosso *slogan* “Digital quando você quiser, ao seu lado sempre que você precisar”. O que pode ser observado com o aumento da sua rede de atendimento física ao longo do tempo. Nesse primeiro trimestre, o BANESTES consolidou essa marca, com a abertura de mais 10 correspondentes BANESFÁCIL, totalizando agora 790 postos de atendimento, compostos por 152 unidades de atendimento (entre agências e postos), 285 postos de atendimento eletrônico e 353 correspondentes.

Os cartões BANESTES obtiveram faturamento de R\$ 1,2 bilhão no primeiro trimestre de 2024, representando um crescimento de 6,2% comparado ao mesmo período do ano anterior. O BANESTES seguiu investindo também na publicidade e propaganda de seu novo cartão Banescard Visa com campanhas espalhadas na mídia em *outdoors* digitais e redes sociais durante o primeiro trimestre para que o produto continue a crescer e gerar valor para a empresa.

O BANESTES segue evoluindo as funcionalidades para gestão do cartão no Aplicativo, visando proporcionar mais autonomia e melhora na experiência para seus clientes. Dentre as funcionalidades disponibilizadas no primeiro trimestre, destacamos a opção do cliente realizar o pagamento antecipado de compras parceladas e a opção de unificar os pontos dos programas de fidelidade dos cartões BANESTES.

Em continuidade ao apoio às micro e pequenas empresas do Espírito Santo, foi concedido, nos três primeiros meses, mais de R\$ 13 milhões em Microcrédito com aproximadamente 1.000 empreendedores atendidos. Desse montante, R\$ 3 milhões (+25,4%) foram destinados especificamente às mulheres empreendedoras capixabas por meio das linhas “Microcrédito JUNTAS” impulsionadas pelas ações promocionais no mês de março em celebração ao mês da Mulher. A carteira ativa de microcrédito fechou o trimestre em quase R\$ 100 milhões. Destaca-se no trimestre a implementação da remuneração variável dos agentes de créditos, responsáveis diretamente pela prospecção e assistência ao empreendedor. Tal iniciativa é fundamental como reconhecimento do indispensável papel do agente de crédito na operacionalização do Microcrédito no município e incentivo para a melhoria da qualidade da carteira em virtude das métricas de apuração de acordo com o volume concedido e no percentual de inadimplência.

Desde 2020 o BANESTES tem atuado como correspondente cambial do Banco BS2 e em 2023 começou a atuar com uma mesa própria de operações. No primeiro trimestre de 2024 foram realizadas, aproximadamente, 316 operações de câmbio que movimentaram um volume total de recursos de R\$ 23 milhões e gerou a receita total de R\$ 151 mil, divididos entre os dois bancos. Com o CrescerCidadES o BANESTES disponibilizou uma linha de crédito com as melhores condições do mercado para que os municípios capixabas realizem investimentos em infraestrutura para melhorar a qualidade de vida do cidadão. Por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), o Banco realizou no primeiro trimestre de 2024 mais de 600 operações com o montante de aproximadamente R\$ 32 milhões para as micro e pequenas empresas, bem como, para atendimento aos profissionais liberais.

No primeiro trimestre de 2024, o BANESTES manteve o apoio ao carnaval de Vitória e ao Futebol Estadual, seus maiores investimentos em patrocínio anuais, e que atendem a capixabas de todo o Espírito Santo, seja na geração de emprego e renda com o repasse à Liga das Escolas de Samba, ou mesmo gerando entretenimento e diversão aos aficionados pelo esporte, bem como incentivando os atletas profissionais. Também ocorreram a Festa da Penha, o Carnaval de Congo de Roda D’água, o Jesus Vida Verão que são exemplos de patrocínios realizados pelo SFB que contemplam história, tradição, religiosidade e cultura, movimentando a economia local.

A publicidade do BANESTES foi focada no início de 2024 na campanha institucional Somos Azul, que revela aos capixabas os principais projetos sociais e de diversas áreas apoiados pelo Banco. Produtos Visa, e o Feirão Zera Dívida também foram destaque neste trimestre.

No primeiro trimestre de 2024, destinamos R\$ 20 milhões ao acionista controlador (Estado do Espírito Santo) sob a forma de juros sobre capital próprio. Esse valor retorna à sociedade capixaba conforme as prioridades de investimentos definidas no orçamento estadual.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

O BANESTES mantém constantemente o aprimoramento de sua gestão de riscos por meio de controles que buscam identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar riscos intrínsecos às atividades bancárias, de modo a otimizar o capital dos acionistas com a melhor relação risco/retorno. Possui uma diretoria específica de gestão de riscos e controles internos, subordinada diretamente à Presidência e há áreas designadas para gestão e avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, entre outros, além de promover a gestão da continuidade dos negócios, da Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa – PLD-FTP.

Considerando as exigências associadas à estrutura de gerenciamento de riscos e à estrutura de gerenciamento de capital normatizadas pela Resolução CMN nº 4.557, o BANESTES adota uma gestão integrada de riscos, com a indicação do Diretor de Riscos e Controle como o responsável pelo gerenciamento dos riscos do Conglomerado Prudencial (*CRO - Chief Risk Officer*). Além disso, possui o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital para assessoramento e recomendações ao Conselho de Administração acerca dos níveis de apetite por riscos, das políticas e das estratégias para o gerenciamento de riscos individuais e integrados, bem como a prática de três linhas, com papéis e responsabilidades definidos nos processos de controles internos e riscos operacionais, sendo prática institucional a disseminação corporativa da cultura de gerenciamento de riscos e *compliance*, com a realização de treinamentos, trilhas de aprendizagem, palestras e divulgação na intranet para formação e conscientização dos seus colaboradores.

Conta com comitês, procedimentos normatizados e controles internos de acordo com a legislação brasileira e demais diretrizes de órgãos, que regulam sobre a Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa – PLD-FTP e o combate à corrupção. Sobre este tema, implantou o Programa de Integridade BANESTES, adotando ações, procedimentos e controles para prevenção à corrupção e combate à prática de atos ilícitos e/ou de improbidade na condução dos processos e negócios no âmbito de atuação do BANESTES, contando inclusive com canal de denúncias no site da Instituição. Além disso, possui um canal interno de comunicação com a área de PLD-FTP: prevencaolavagemdinheiro@banestes.com.br.

A Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração é responsável por avaliar os processos corporativos com o objetivo de aprimorar o gerenciamento de riscos, os controles e a governança corporativa, atuando no âmbito do Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD) na 3ª linha e contribuindo para a geração de valor para o SFB.

Na análise gerencial do risco social, ambiental e climático, é realizada uma avaliação mensal dos clientes pessoa jurídica que se enquadram nas atividades econômicas de maior potencial para causar danos. Nessa avaliação, é realizado um monitoramento da concentração de exposições e da inadimplência dos setores de atuação dos clientes. Essa análise tem como objetivo mitigar eventuais perdas de natureza social, ambiental e climática nos empréstimos, financiamentos e investimentos, a partir da identificação de possíveis eventos dessas naturezas que possam ocorrer com o cliente.

O BANESTES apresenta seu “Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3” disponível, em seu site, na seção Relações com Investidores, Governança Corporativa e Gerenciamento de Riscos (www.banestes.com.br/ri). Dessa forma, o Banco assegura transparência ao mercado e ao público em geral.

No que se refere a proteção de dados, o SFB apresenta um Programa de Proteção de Dados com seu conjunto de medidas e boas práticas que buscam conformidade à legislação responsável. Dentre algumas das medidas e boas práticas, destacamos a adequação de sua infraestrutura à LGPD, assim como a Análise de Riscos de Privacidade com a implementação de uma nova plataforma que dentre outras funções atuará no mapeamento e classificação de dados para elaboração do diagnóstico e análise do risco de privacidade. Os contratos elaborados no SFB também seguem em constante análise, conferindo a ele cláusulas protetivas para mitigar a exposição e os potenciais prejuízos gerados com o uso não autorizado dos dados pessoais. Contamos ainda, com um Plano de Comunicação que busca comunicar oportunamente todas as políticas, procedimentos e boas práticas relacionadas à privacidade, assim como também mantém canal oficial para assuntos relacionados à LGPD, no endereço protecaodedados@banestes.com.br.

5. EMPRESAS CONTROLADAS

No primeiro trimestre de 2024, a BANESTES Seguros atingiu o montante de R\$ 8,2 milhões de lucro líquido, garantindo um retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) de 20,1%, apurado pela relação entre o Lucro Líquido dos últimos doze meses e o Patrimônio Líquido médio registrado em 31/03/2023 e 31/03/2024, sendo responsável por 12,0% do resultado consolidado do SFB. Isso está relacionado a sua constante busca por inovação na criação de produtos e fechamento de importantes parcerias. Após forte crescimento em prêmios ganhos entre os exercícios de 2022 e 2023, a carteira de Automóvel apresentou uma leve redução. No entanto, na carteira de Vida observa-se um crescimento de 12,8%. Outro ponto observado foram as fortes chuvas que atingiram o Sul do Estado, no mês de março de 2024, que levou a um reconhecimento em despesas com sinistros ocorridos, impactando o resultado em torno de R\$ 3,3 milhões, já deduzidos dos efeitos tributários. A BANESTES Seguros é uma das 50 maiores seguradoras do Brasil, de acordo com o *ranking* anual Valor 1000, na edição de 2023 do jornal Valor Econômico e pelo anuário Finanças Mais – edição 2023, do jornal “O Estado de São Paulo”, quando se trata de vida e previdência. No mercado capixaba, a Seguradora é líder e tem seus produtos comercializados na rede de agências BANESTES e em parceria com cerca de 400 corretoras de seguros do Estado. A empresa busca oferecer o melhor atendimento, a proteção completa e eficiente aos seus segurados, investindo em inovação e gestão de projetos sustentados por iniciativas de infraestrutura e governança em tecnologia da informação. A Seguradora também reconhece talentos, investe no desenvolvimento de sua liderança interna, incentiva mudanças em sua cultura organizacional e busca a constante redução de suas despesas administrativas.

A BANESTES Corretora é responsável pela administração e corretagem de seguros dos diversos ramos e pela intermediação de títulos de capitalização, plano odontológico, planos de previdência privada e consórcio. Busca sempre estabelecer parcerias no mercado de seguros, aberta às possibilidades, dentro do mercado

competitivo. No primeiro trimestre de 2024, houve a emissão do volume de prêmios com receitas de R\$ 2,1 milhões para seguro Auto, R\$ 1,6 milhão para seguros residenciais, R\$ 689 mil nos seguros empresariais e R\$ 3,8 milhões para acidentes pessoais (BAP). O produto prestamista fechou o primeiro trimestre com uma produção de 484 mil, um crescimento de 15,2% se comparado ao ano anterior. Em parceria com a ICATU, obteve-se uma venda de R\$ 2,7 milhões em títulos de capitalização, enquanto ocorre um volume de vendas de previdência de R\$ 1,5 milhão para planos com pagamentos mensais/aumento e R\$ 68 milhões em aportes e portabilidades, marcando um aumento no volume de aportes e portabilidades realizadas desde o ano passado, alcançando um crescimento para a carteira de previdência superior a 40,0%. A parceria com a administradora de consórcios Embrakon foi fundamental para uma efetivação de vendas no trimestre de R\$ 15 milhões, crescendo em comparação ao ano anterior em 2,6%.

A BANESTES DTVM atua profissionalmente na gestão de ativos e na administração de recursos de terceiros nos mercados de renda fixa e variável. Conta com uma equipe experiente, técnica e especializada oferecendo produtos e serviços diferenciados aos seus clientes, conforme o seu perfil de investimento. A DTVM propicia investimentos em fundos de renda fixa, fundo incentivado de investimento em infraestrutura, multimercados, de ações e estruturado. Possui, sob o *ticker* "BCRI11", o BANESTES Recebíveis Imobiliários, que é um fundo de investimento imobiliário negociado em bolsa de valores, que conta com a confiança de mais de 46 mil cotistas. No primeiro trimestre de 2024 a BANESTES DTVM desenvolveu ações visando a captação de recursos para seus fundos de investimento, tanto dentro quanto fora do Estado do Espírito Santo, dedicando especial atenção aos cinco novos fundos lançados no segundo semestre de 2023, que são alavancas importantes para o alcance de novos públicos por meio da diversificação do portfólio da gestora. No encerramento do trimestre, o volume total de recursos sob gestão era de R\$ 7,3 bilhões. O lucro líquido apurado foi de R\$ 3,9 milhões, um crescimento de 36,0% em relação ao resultado do mesmo período do ano anterior. Esse resultado representa uma participação no lucro consolidado do BANESTES de 5,7%. Considerando o resultado consolidado da BANESTES DTVM e da sua controlada, a BANESTES Corretora, o lucro líquido foi de R\$ 10,8 milhões no período.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores do BANESTES, responsáveis pelas demonstrações financeiras, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao primeiro trimestre de 2024.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS

O BANESTES informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 1º de abril de 2022, via processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/16, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual o BANESTES se submete por ser sociedade de economia mista controlada diretamente pelo Estado do Espírito

Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no primeiro trimestre de 2024.

AGRADECIMENTOS

A Administração do BANESTES agradece aos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros que empreendem esforço contínuo e acreditam na Instituição, tornando possível a construção de um Banco cada vez mais sólido e rentável, alinhado às expectativas da sociedade capixaba.

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	2
2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	3
3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	4
4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	6

1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/03/2024	31/12/2023
Disponibilidades e Reservas no Banco Central	9	1.745.570	1.264.095
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através do Resultado	5-7-10	387.789	423.311
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes - Líquidos de Provisão para Perdas	5-7-10	20.384.289	19.926.725
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		20.384.289	19.926.725
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Líquidos de Provisão para Perdas	5-8-10-11	18.671.545	18.378.519
Créditos a Instituições Financeiras		3.062.992	2.599.165
Empréstimos e Recebíveis		9.504.978	9.039.165
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		6.103.575	6.740.189
Operações de Seguros		26.954	25.556
Outros Ativos	13	620.440	621.621
Ativos Fiscais Diferidos	12	339.145	328.940
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	48.508	63.819
Ativos Imobilizados e de Arrendamentos	15	158.673	163.741
Ativos Intangíveis	16	223.808	216.673
Total do Ativo		42.606.721	41.413.000

PASSIVO	Notas	31/03/2024	31/12/2023
Recursos de Instituições Financeiras - Ao Custo Amortizado	7-8-17	15.282.353	14.642.959
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	7-8-18	22.935.440	22.383.278
Títulos de Dívida Emitidos - Ao Custo Amortizado	7-8-19	615.900	679.925
Passivos de Impostos Correntes		18.508	3.252
Passivos de Operações de Seguros		3.441	2.373
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	22a	6.493	16.991
Passivos para Sinistros Ocorridos	22b	45.863	39.665
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	22c	9.277	8.951
Provisões	20	172.600	176.006
Outros Passivos	21	1.298.791	1.301.389
Passivos Fiscais Diferidos	12a	44.133	37.393
Patrimônio Líquido			
Capital Social	36	1.600.000	1.600.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial		964	(6.116)
Reservas de Lucros		526.919	526.934
Lucros/Prejuízos Acumulados		46.039	-
Patrimônio Líquido atribuído aos:			
Acionistas Controladores		2.173.922	2.120.818
Total do Patrimônio Líquido		2.173.922	2.120.818
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		42.606.721	41.413.000

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Trimestre	
		31/03/2024	31/03/2023
Receitas Financeiras		1.225.994	1.232.594
Despesas Financeiras		(880.537)	(912.546)
Margem Financeira	23	345.457	320.048
Receitas de Prestação de Serviços e Comissões		78.829	84.963
Despesas de Prestação de Serviços e Comissões		(38.142)	(38.013)
Resultado de Prestação de Serviços e Comissões	24	40.687	46.950
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através do Resultado	25	1.054	(509)
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes	26	-	-
Resultado de Seguros e Previdência	27	39.935	30.884
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial	28	-	62
Resultado Líquido de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	29	(85.538)	(124.627)
Despesa de Pessoal	30	(125.020)	(115.370)
Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado		5.208	5.387
Provisões	31	(5.505)	1.900
Despesas Tributárias	32	(27.890)	(26.109)
Outras Despesas Administrativas	33	(102.945)	(76.783)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	34	10.189	(4.044)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		95.632	57.789
Impostos Correntes	12	(37.486)	(35.466)
Impostos Diferidos	12	9.478	22.668
Lucro Líquido do Trimestre	35	67.624	44.991
Resultado do Trimestre Atribuível aos:			
Acionistas Controladores		67.624	44.991
Quantidade de Ações Média em Circulação (em lote de Mil)		315.912	315.912
Ações Ordinárias		231.006	231.006
Ações Preferenciais		84.906	84.906
Resultado por Ação Básico e Diluído (em R\$)	35	0,21	0,14

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO
Em milhares de reais

	Notas	Exercício	
		31/03/2024	31/03/2023
Lucro Líquido do Trimestre		67.624	44.991
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
	10	7.080	(14.848)
Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10	14.132	(26.842)
Efeito em Impostos	10	(7.052)	11.994
Total dos Outros Resultados Abrangentes Líquidos dos Impostos		7.080	(14.848)
Resultado Abrangente do Trimestre		74.704	30.143
Resultado Abrangente do Trimestre Atribuível aos:			
Acionistas Controladores		74.704	30.143

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.600.000	403.454	(11.033)	-	1.992.421
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	(21.000)	(21.000)
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	-	-	(21.000)	(21.000)
Resultado Abrangente Total	-	-	(14.848)	44.991	30.143
Lucro Líquido do Trimestre	-	-	-	44.991	44.991
Outros Resultados Abrangentes	-	-	(14.848)	-	(14.848)
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	(14.848)	-	(14.848)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	(21)	-	21	-
Constituição de Reservas	-	(21)	-	21	-
Outras Movimentações	-	-	-	-	-
Saldos Finais em 31 de março de 2023	1.600.000	403.433	(25.881)	24.012	2.001.564

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.600.000	526.934	(6.116)	-	2.120.818
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	(21.600)	(21.600)
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	-	-	(21.600)	(21.600)
Resultado Abrangente Total	-	-	7.080	67.624	74.704
Lucro Líquido do Trimestre	-	-	-	67.624	67.624
Outros Resultados Abrangentes	-	-	7.080	-	7.080
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	7.080	-	7.080
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	(15)	-	15	-
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-
Outras movimentações	-	(15)	-	15	-
Saldos Finais em 31 de março de 2024	1.600.000	526.919	964	46.039	2.173.992

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO
 Em milhares de reais

	Notas	Trimestre	
		31/03/2024	31/03/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Caixa Líquido Proveniente de Atividades Operacionais		(418.468)	(1.374.359)
Lucro Líquido do Trimestre Ajustado		(516.094)	(512.251)
Lucro Líquido do Trimestre		67.623	44.991
Ajustes ao Lucro		(583.717)	(557.242)
Depreciação e Amortização	15-16	25.283	19.101
Resultado líquido de Perdas com Impairment de Ativos Financeiros		85.538	124.627
Ajuste no Resultado de Ativos Mensurados a Valor Justo através do Resultado		1.155	250
Ajuste de Receitas Financeiras em Ativos Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes		(540.416)	(480.748)
Ajuste de Receitas Financeiras Mensurados ao Custo Amortizado		(178.918)	(216.705)
Ajuste Despesa de Juros de Arrendamento		1.151	1.128
Ajuste de Provisão - Passivos Trabalhistas, Civil e Fiscais		5.485	(1.842)
Ajuste de Provisão - Outras		(11.003)	(15.851)
Despesas de Impostos Correntes		37.487	35.466
Despesas com Impostos Diferidos		(9.479)	(22.668)
Varição Líquida nos Ativos e Passivos		97.626	(862.108)
Crédito a Instituições Financeiras - Custo Amortizado		(22.087)	(15.384)
Reservas no Banco Central		(444.363)	(784.593)
Aumento/Redução de Instrumentos de Dívida e Patrimônio		1.742	813
Empréstimos e Recebíveis		(550.206)	(377.390)
Operações de Seguros		(1.398)	(2.360)
Outros Ativos		4.222	(4.878)
Depósitos de Clientes		552.163	932.364
Recursos de Instituições Financeiras		639.395	(739.989)
Títulos de Dívida Emitidos		(64.026)	148.666
Impostos Pagos		(16.217)	(41.843)
Passivos de Operações de Seguros		1.068	1.393
Provisões Técnicas de Seguros e Previdência		-	-
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros		(10.498)	1.152
Passivos para Sinistros Ocorridos		6.198	3.149
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos		326	1.568
Passivo de Arrendamento		(7.203)	(5.921)
Outros Passivos e Provisões		8.510	21.145
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Caixa Líquido Proveniente das (Utilizado nas) Atividades de Investimento		925.720	(6.855)
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes		(140.297)	(887.918)
Alienação de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes		188.341	558.606
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(16.047)	(14.961)
Resgate de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		820.290	363.216
Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	(5.338)	(5.700)
Baixa de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	17.444	6.695
Aquisição de Ativos de Arrendamento	15	(11.517)	(925)
Baixa de Ativos de Arrendamento	15	9.853	76
Aquisição de Ativos Imobilizados	15	(13.922)	(12.556)
Baixa de Ativos Imobilizados	15	11.843	8.636

Aquisição de Ativos Intangíveis	16	(23.613)	(22.024)
Baixa de Ativos Intangíveis	16	5	-
Juros Recebidos		88.678	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamento		(28.400)	(20.000)
Juros Sobre o Capital Próprios Pagos		(28.400)	(20.000)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		478.852	(1.401.214)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	1.814.140	4.466.252
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	2.292.992	3.065.038

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	9
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	11
4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS	22
5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS	24
6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS	35
7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS	37
8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO	37
9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL	38
10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	38
11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	41
12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	43
13. OUTROS ATIVOS	44
14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	45
15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS	45
16. ATIVOS INTANGÍVEIS	46
17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO	46
18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO	47
19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO	47
20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	47
21. OUTROS PASSIVOS	49
22. OPERAÇÕES DE SEGUROS	50
23. MARGEM FINANCEIRA	51
24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES	51
25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO	52
26. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA	52
27. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO E VARIAÇÃO CAMBIAL	52
28. RESULTADO DE PERDAS COM <i>IMPAIRMENT</i> DE ATIVOS FINANCEIROS	52
29. DESPESAS DE PESSOAL	53
30. PROVISÕES	53
31. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	53
32. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	54
33. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS	55
34. RESULTADO POR AÇÃO	55
35. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55
36. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	57
37. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	58
38. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	59
39. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	60
40. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	61

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS
Referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("BANESTES", "Banco", "Instituição") é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista constituída e domiciliada no Brasil. Organizado sob a forma de Banco Múltiplo, opera através de suas carteiras de crédito comercial, rural, industrial, imobiliário, câmbio, arrendamento mercantil e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., atua ainda nos ramos de seguros e distribuição, intermediação e administração de recursos de terceiros.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições associadas, integrantes do conglomerado BANESTES. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- a. Base de preparação** - As demonstrações financeiras consolidadas do Sistema Financeiro BANESTES (SFB) referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2024 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, em atendimento à Resolução n.º 4.818/2020, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a elaboração dessas demonstrações. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 13 de maio de 2024 (Nota 42).
- b. Moeda Funcional e de Apresentação** - As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Sistema Financeiro BANESTES. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.
- c. Base para Consolidação**
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do BANESTES S.A., de suas empresas controladas diretas e indiretas.

Empresas Controladas são instituições nas quais o BANESTES exerce controle; essa possibilidade é presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto na investida ou, ainda poderá existir controle quando o Banco possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios das suas atividades.

No caso do BANESTES, as empresas controladas são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as instituições. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Empresas	Atividade	Método de Consolidação	Participação%	
			31/03/2024	31/12/2023
Entidades Financeiras no País				
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Integral	100%	100 %
Entidades de Seguros, Fundos e Previdência no País				
BANESTES Seguros S.A.	Seguros	Integral	100%	100 %
Entidades Não Financeiras no País				
BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.	Administradora e Corretora de Seg.Prev. e Capitalização	Integral	99,99%	99,99%

d. Adoção de Novas Normas e Interpretações – a partir de 01 de janeiro de 2024 as seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez:

- **Alterações ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Financeiras"**: uma das alterações tem como objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. Outra alteração foi realizada para requerer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumarizem os requerimentos das normas IFRS. As alterações do IAS 1 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e não há impacto para o BANESTES.
- **Alteração ao IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros**: Evidenciação: O IASB passa a exigir que as entidades forneçam informações sobre acordos financeiros com fornecedores, permitindo que os usuários das demonstrações financeiras avaliem seus efeitos no passivo, nos fluxos de caixa e na exposição ao risco de liquidez. Essa alteração entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 e não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras.
- **Alteração ao IFRS 16 – Arrendamentos**: Esclarece os critérios adotados pelo vendedor-arrendatário na avaliação da responsabilidade de locação originada de uma transação de sale and leaseback, assegurando que o vendedor-arrendatário não registre qualquer valor do ganho ou perda associados ao direito de uso mantido. A alteração entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 e não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco

e. Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes em Vigor em Exercícios Futuros

- **IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis**: A falta de conversibilidade de uma moeda pode tornar desafiador determinar uma taxa de câmbio apropriada. Essa falta de conversibilidade é muitas vezes resultado de controles cambiais governamentais que restringem a troca ou volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entenderem os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banestes está atualmente avaliando os impactos que essa alteração terá.
- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras**: Substitui a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 traz consigo a introdução de novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Além disso, requer a divulgação em explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Essas alterações entram em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do SFB.

a. Transações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são atualizados para Reais (R\$) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado como “Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial”.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

O SFB define caixa e equivalentes de caixa como as disponibilidades (que compreendem caixa e contas correntes em bancos) e as aplicações interfinanceiras de liquidez (posição bancada com conversibilidade imediata), com vencimentos originais em até três meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para gestão de caixa.

As receitas de juros das aplicações interfinanceiras de liquidez são reconhecidas no resultado como “Receitas Financeiras”.

c. Ativos e Passivos Financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

c.1. Reconhecimento inicial

• Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, é reconhecido no balanço patrimonial quando o SFB se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os créditos a clientes são reconhecidos quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao SFB.

• Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da categoria em que foram classificados.

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais (analisados através da aplicação de teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros) e do modelo de negócios utilizado pelo SFB no gerenciamento de seus instrumentos.

• Avaliação do modelo de negócio

O grupo realiza a avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem foco na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxas de juros, a correspondência entre a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou realização dos fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o reconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo de todos os ativos do grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com o desempenho avaliados com base no valor justo são mensurados com base no valor justo por meio do resultado.

- **Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do instrumento financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

c.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias:

1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativos para obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamento de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera a redução ao valor recuperável de crédito e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial).

2. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O SFB pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado.

O SFB designou ao valor justo através de outros resultados abrangentes instrumentos de patrimônio representados por cotas de fundos de investimentos. O valor justo desses investimentos é de R\$ 47.683 em 31 de março de 2024 (R\$ 39.183 em 31 de março de 2023).

3. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida*

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- (i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- (ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado da redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados na demonstração consolidada do resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do período.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na Nota 3.e.

4. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos ao valor justo através do resultado compreendem operações que não atendem aos critérios para serem classificadas como custo amortizado ou ao valor justo através de outros resultados abrangentes.

Além disso, de acordo com o IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período a medida em que são apurados.

c.3. Reclassificação de instrumentos financeiros

O SFB não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Não houve reclassificação de ativos e passivos financeiros no período.

c.4. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

1. *Desreconhecimento de ativos financeiros*

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o SFB transfere substancialmente todos os riscos

e benefícios da propriedade; ou (ii) o SFB não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido.

Além disso, o desreconhecimento é feito pelo SFB quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, momento em que, substancialmente, se esgota todos os esforços de recuperação.

2. *Desreconhecimento de passivos financeiros*

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

d.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O SFB reconhece a provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros”. Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a *impairment* de acordo com o IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do SFB para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na Nota 5.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na Nota 5.

O SFB estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na Nota 5.

Baseado nesse processo, o SFB distribui seus ativos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: instrumentos financeiros ativos que não tiveram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: instrumentos financeiros ativos que tiveram um aumento significativo no risco de crédito. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos (inadimplentes). O SFB registra uma provisão para PE Vida.

d.2. Cálculo das perdas esperadas

O SFB calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperado. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- (i) Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- (ii) Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* – EAD): representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas. Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência.
- (iii) Perda dada a inadimplência (*loss given default* – LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na Nota 5.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- (i) Estágio 1: O SFB calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada.
- (ii) Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o SFB reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs são estimadas ao longo da vida do instrumento.
- (iii) Estágio 3: para operações consideradas como ativos problemáticos, o SFB reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizado para as operações do Estágio 2, no entanto a PD é determinada em 100%.
- (iv) Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o SFB estima a parcela do limite concedido que será utilizado em 12 meses. A PE é então baseada no valor esperado de utilização dos limites concedidos aos clientes.

d.3. Limites de cartão de crédito e cheque especial

Dentre os produtos do SFB inclui a concessão de limites de crédito pela emissão de cartões de crédito e cheque especial, onde o SFB possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O SFB não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do SFB em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

A avaliação contínua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

A taxa de juros utilizada para descontar a PE de cartões de crédito é baseada na taxa de juros média que se espera cobrar ao longo do período estimado de exposição aos limites. Essa estimativa leva em consideração que uma parte dos limites utilizados serão pagos na sua totalidade a cada mês e, conseqüentemente, não terão juros cobrados.

d.4. Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o SFB utiliza uma série de informações macroeconômicas prospectivas, sendo elas:

- (i) IPCA;
- (ii) SELIC; e
- (iii) Percentual de operações em atraso no Sistema Financeiro Nacional.

O SFB realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza

inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O SFB considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

d.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default portfolio* – LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o SFB utiliza classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O SFB pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o SFB considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, o IFRS 9 determina que o critério para reconhecer perdas esperadas de crédito para a vida inteira não é atendido se o risco de crédito do ativo seja baixo. Quando o ativo deixa de ter um baixo risco de crédito, os requisitos gerais para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito são aplicáveis.

e. Ativos Não Correntes Mantidos para Venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de bens cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Especificamente, imóveis ou outros ativos não correntes recebidos pelo SFB, em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores, são considerados como ativos não correntes destinados à venda e sua alienação ocorre com a execução de leilões.

Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

As desvalorizações dos bens destinados à venda, como resultado de perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas como “Outras Despesas” no resultado. As valorizações decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às desvalorizações previamente reconhecidas, inclusive aquelas por redução ao valor recuperável anterior à classificação como “Ativos Não Correntes Mantidos para Venda”.

f. Ativos Imobilizados

f.1. Reconhecimento e Mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de avaliação menos a depreciação acumulada e redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. *Software* adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na demonstração consolidada do resultado como “Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado”.

f.2. Custos Subsequentes

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o SFB e o seu custo seja mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos em contrapartida ao resultado à medida que são incorridos.

f.3. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o do contrato e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2024 e 2023
Sistema de Comunicação	10 anos
Equipamentos de Informática e Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Móveis, Equipamentos e Instalações	10 anos
Sistema de Segurança	10 anos
Contratos de direito de uso (Arrendamentos)	De acordo com o prazo dos contratos (3 a 20 anos)

g. Ativos Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física. São decorrentes basicamente da aquisição de *softwares* que são capazes de gerar benefícios econômicos para o SFB. Esses *softwares* são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente na demonstração consolidada do resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos *softwares* mantidos pelo SFB é de cinco anos.

h. Operações de Arrendamento

h.1 Arrendatário

Identificação de arrendamento

Na celebração de um contrato, o BANESTES deve avaliar se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação.

Prazo do arrendamento

Para a mensuração do ativo e passivo de arrendamento, o BANESTES determina o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável desse arrendamento, juntamente com:

- Períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o BANESTES estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção.

Mensuração inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente.

O direito de uso é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não foram efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo BANESTES; e
- A estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento.

O BANESTES utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no BANESTES, pelo seu custo de financiamento (*funding*).

Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 – Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Expediente prático de reconhecimento do arrendamento

O BANESTES optou, conforme permitido pelo IFRS 16, por não aplicar os requisitos de reconhecimento para contratos de arrendamento que possuem as seguintes condições:

- Contratos de curto prazo (até 12 meses); e
- Contratos em que o ativo subjacente individual é de baixo valor.

Os pagamentos desses contratos são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

h.2 Arrendador

Nos contratos em que o BANESTES é o arrendador, realiza-se o reconhecimento inicial dos ativos na conta de “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado – Empréstimos e Recebíveis” do balanço patrimonial consolidado pelo valor equivalente aos investimentos líquidos dos arrendamentos.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido. Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados periodicamente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida em contrapartida à demonstração consolidada do resultado imediatamente.

i. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros, exceto ativos de impostos diferidos, são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para unidades geradoras de caixa que contenham intangíveis sem vida útil, não disponíveis para uso ou ágio, têm o seu valor recuperável calculado ao menos uma vez por ano de forma consistente.

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como “Outras Receitas/ Outras Despesas”. As perdas por *impairment* reconhecidas em relação às unidades geradoras de caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos demais ativos da unidade (ou grupo de unidades) em bases *pro rata*.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

No primeiro trimestre de 2023, com base em fontes internas e externas de informação, não foram encontrados indícios de descontinuidade/obsolescência total ou parcial dos softwares registrados no patrimônio da Instituição

j. Recursos de Instituições Financeiras, Depósitos e Títulos Emitidos

Os recursos de Instituições Financeiras, depósitos e os títulos emitidos são as principais fontes com que o SFB conta para financiamento de suas operações.

Os depósitos e os títulos emitidos são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

k. Operações de Seguros

Os contratos de seguro emitidos pela Seguradora, sob a ótica do IFRS 17 referem-se a contratos de seguros, contratos de resseguros cedidos. Esses contratos, de acordo com o disposto no normativo IFRS 17, deverão ser mensurados. Segundo a definição da Norma, um contrato de seguro é um acordo pelo qual a entidade aceita o risco significativo de seguro da outra parte (o titular da apólice), concordando em indenizar o titular da apólice caso um determinado evento futuro incerto (o evento segurado) afete adversamente o titular da apólice. O risco de seguro, conforme definido pela norma, é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor.

A composição da carteira de produtos de seguros está segregada em:

- A Carteira de Danos e composta por seguros com vigência de até 12 meses como: Riscos Diversos, Compreensivo Residencial, Compreensivo Empresarial e Grupo Automóvel.
- A Carteira de Pessoas divide-se em:
 - Seguros de Curto Prazo: abrange os produtos das carteiras de Acidentes Pessoais Individual e Prestamista Individual.
 - Seguros de Pessoas de Longo Prazo: composta por produtos coletivos, que possuem faturamento mensal, como o Seguro de Vida e Seguro Prestamista.

APURAÇÃO DO PASSIVO DE SINISTROS OCORRIDOS (LIC)

As diretrizes do IFRS 17, dispõe que o Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC) estimado deve ser constituído por dois componentes:

- i) Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa;
- ii) Descontos;
- iii) Ajuste para o Risco Não Financeiro;
- iv) Margem de Serviço Contratual

A Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa compreende a projeção das obrigações decorrentes dos contratos de seguros utilizando todas as informações e premissas mais atualizadas à disposição. Os descontos referem-se ao cálculo para trazer a valor presente os fluxos de obrigações. Já o Ajuste para o Risco Não Financeiro se refere à remuneração que a entidade exige para arcar com a incerteza sobre o valor e/ou momento dos fluxos de caixa que surgem do risco não financeiro (margem de solvência). A Margem de Serviço Contratual representa o lucro não auferido que a entidade reconhecerá no resultado à medida que os serviços forem prestados.

Fluxo de Caixa de Sinistros Ocorridos

As obrigações decorrentes de sinistros ocorridos representam a soma dos sinistros já avisados e dos não avisados e, dessa forma, estimados pela companhia na data-base do cálculo, ou simplesmente os sinistros ocorridos que ainda não foram pagos. Na presente metodologia, optamos por utilizar o método de triângulos de run-off de ocorrência por pagamento dos sinistros e, desta forma, calcular a melhor estimativa dos sinistros finais ocorridos e não pagos (IBNP - Incurred But Not Paid). Este método fundamenta suas aplicações na possibilidade de verificar o desenvolvimento de sinistros estimando o comportamento dos mesmos a partir da experiência da própria Seguradora.

Fluxo de Caixa de Despesas Alocáveis (ALAE)

A mesma metodologia descrita acima para os fluxos de sinistros ocorridos é utilizada para a estimação dos fluxos de caixa associados às despesas alocáveis (ALAE). Substituem-se apenas os montantes de sinistros pagos pelo montante de despesas pagas nos triângulos de desenvolvimento.

Estrutura a Termo da Taxas de Juros

A norma IFRS 17, estabelece que as entidades seguradoras deverão ajustar as estimativas de fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros relacionados a esses fluxos de caixa, na medida em que os riscos financeiros não estão incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa.

As curvas de juros utilizadas devem:

- refletir o valor do dinheiro no tempo, as características dos fluxos de caixa e as características de liquidez dos contratos de seguro;
- ser consistente com os preços de mercado atuais observáveis (se houver) para instrumentos financeiros com fluxos de caixa cujas características são consistentes com os dos contratos de seguro, como, por exemplo, tempo, moeda e liquidez; e
- excluir o efeito de fatores que influenciam os preços observáveis de mercado, mas que não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

Dadas as condições apresentadas, o normativo permite duas abordagens diferentes para construção das curvas de juros, que em teoria, embora não necessariamente na prática, produzem resultados equivalentes. As duas abordagens são referidas como top-down e bottom-up.

Curvas livres de risco totalmente líquidas são o ponto de partida da abordagem bottom-up. O normativo não define explicitamente a base para derivar a curva livre de risco. No entanto, faz referência a instrumentos negociados que contêm níveis insignificantes de risco de crédito, são altamente líquidos, com preços confiáveis e cubram uma ampla gama de vencimentos, incluindo durações e prazos mais longos. Os dois instrumentos mais comuns com essas características são os títulos do governo ou swaps interbancários. O aspecto mais desafiador dessa abordagem provavelmente é o cálculo do ajuste pelo prêmio de iliquidez estimados a partir de portfólio de ativos e posteriormente transladados para a curva de desconto dos passivos. Esse ajuste de iliquidez é necessário dado que portfólios de contratos de seguro são significativamente menos líquidos do que títulos públicos ou swaps interbancários.

O ponto de partida da abordagem top-down, por outro lado, são os ativos garantidores dos portfólios de contratos da companhia. Preços de mercado dos ativos garantidores são, geralmente, facilmente observáveis, sendo possível, dessa forma, inferir a rentabilidade efetiva da carteira usando um cálculo de taxa interna de retorno aplicado aos fluxos de caixa contratuais. No entanto, essa curva projetada provavelmente não será adequada para o desconto dos passivos segundo o normativo, uma vez que os instrumentos financeiros utilizados como ativos garantidores podem ser diversos e possuir spreads de risco de crédito variados (considerando que esses ativos não são livres de risco e suas rentabilidades devem conter um prêmio pelo risco de contraparte). O prêmio pelo risco de crédito dos títulos, portanto, deveria ser expurgado da curva de desconto para que fosse elegível para descontar a melhor estimativa dos passivos. Esse ajuste pelo risco de crédito, no entanto, não é trivial e constitui o aspecto mais desafiador para a aplicação da abordagem top-down.

No caso do mercado brasileiro, considerando que curvas livres de risco são disponibilizadas pelo Regulador, a abordagem bottom-up tende a ser mais vantajosa para as seguradoras, uma vez que basta adicionar o ajuste pelo prêmio de iliquidez sobre a curva livre de risco. Por outro lado, a utilização da abordagem top-down seria mais trabalhosa, visto que é necessário primeiramente derivar uma curva de juros baseadas nos preços de mercado do portfólio de ativos garantidores do segurador, para depois realizar os necessários ajustes para expurgo dos efeitos do risco de crédito.

Optou-se, portanto, pela utilização da abordagem bottom-up, tendo como ponto de partida a curva de juros nominal pré-fixada divulgada pelo Regulador.

A Seguradora definiu que as estimativas do passivo de sinistros ocorridos (LIC), serão calculadas segregadas em portfólios, considerando também o prêmio de liquidez, quando aplicável.

I. Nível de agregação

Para realizar a agregação dos contratos de seguros, exigência definida no Normativo IFRS17, a Seguradora realizou a agregação dos seus contratos de seguros considerando a semelhança dos riscos e ainda, serem administrados em conjunto. Esses níveis de agregação foram então segregados por safras trimestrais. Posteriormente segregou os grupos de contratos em contratos lucrativos no reconhecimento inicial, que não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente e um grupo de contratos restantes, se houver.

m. Reconhecimento do contrato

A Seguradora reconhece um grupo de contratos de seguro que emitir a partir do que ocorrer primeiro entre:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data de quando o primeiro pagamento de um titular da apólice do grupo vencer;
- para um grupo de contratos onerosos, quando o grupo se torna oneroso.

Obedecidos os critérios de reconhecimento, os novos contratos são reconhecidos dentro do período das demonstrações financeiras.

n. Mensuração

A metodologia selecionada para a mensuração dos contratos de seguros da BANESTES Seguros, para a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC – Liability for Remaining Coverage), foi a Abordagem de Alocação de Prêmio (PAA), conhecida como abordagem simplificada. Sob esta abordagem, dispensa-se a projeção da melhor estimativa dos fluxos de caixa dos passivos e assume-se uma abordagem de diferimento linear pro rata dos passivos, para os graus de agregação de Riscos Diversos, Automóvel e Pessoas Individual. Para o grupo de Vida Coletivo e Prestamista foi adotada a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC – Liability for Remaining Coverage), foi o Modelo Geral (BBA).

Esses critérios foram escolhidos, dado as características de vigências dos riscos, similaridades das carteiras e teste de onerosidade, uma vez que a Seguradora trabalha com apólices anuais e plurianuais.

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor contábil do passivo para cobertura remanescente é calculado pelos prêmios recebidos na data do reconhecimento inicial e a Seguradora elegerá reconhecer os fluxos de caixa de aquisição de seguros como despesas quando incorridos.

Posteriormente, o valor contábil do Passivo para Cobertura Remanescente é adicionado os prêmios recebidos no período, diminuído pelo valor reconhecido como receita de seguros para serviços prestados; diminuído pelos fluxos de caixa de custos de aquisição de seguros e acrescido de quaisquer valores relativos à amortização de custos de aquisição reconhecidos como uma despesa.

A BANESTES Seguros espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data de vencimento do prêmio relacionado não seja superior a um ano. Consequentemente, conforme permitido pela IFRS17, a Seguradora ajusta o passivo pela cobertura remanescente de forma a refletir o valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro, considerando também os efeitos do prêmio de liquidez.

A Companhia efetuou testes de onerosidade com base em dados históricos da Banestes Seguros e não foram observados portfólios de contratos potencialmente onerosos.

Para os contratos de resseguro será adotada as mesmas políticas contábeis para calcular um grupo de contratos de resseguro, sendo que na data de apresentação do reconhecimento inicial acrescido os valores de Prêmios de Resseguros Líquidos de Comissões a Pagar, diminuído dos valores do ativo de cobertura remanescente (Resseguro Diferido) e posteriormente, o valor contábil do Passivo de Contratos de Resseguros Mantidos, será acrescido das despesas reconhecidas de prêmios de resseguros líquidos de comissões e diminuídos dos prêmios de resseguros líquido de comissões pagos.

Será reconhecido o Passivo para Sinistros Ocorridos (LIC – Liability for Incurred Claims) de um grupo de contratos pelo valor dos fluxos de caixa realizado relacionados aos sinistros incorridos, ou seja, é definido como as obrigações decorrentes da investigação e pagamento de sinistros válidos associados a eventos segurados que já ocorreram, incluindo eventos que ocorreram, mas para os quais as reclamações não foram relatadas, e outras despesas de seguro incorridas.

o. Taxa de desconto

Tendo como propósito ajustar as estimativas dos fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo, a Seguradora adota as curvas livres de riscos (ETTJ) divulgada pela Superintendência de Seguros Privados, acrescida do prêmio de liquidez das aplicações financeiras, excluindo os efeitos do risco não financeiro relacionados aos fluxos de caixa. Nesse cenário, a Seguradora definiu pela utilização da abordagem bottom-up.

p. Ajuste de risco

A Seguradora ajusta a sua estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a remuneração que ela requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A metodologia utilizada pela Seguradora, partiu da adoção de modelos estocásticos através da simulação de múltiplos cenários para se obter o Best Estimate Liability (BEL) de 52,44%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 65,92%.

q. Margem de serviço contratual

Ocorre o reconhecimento da Margem de Serviço Contratual (CSM) de cada período, tendo o seu reconhecimento em cada unidade de cobertura, registrando a Margem de Serviço Contratual no final de cada período. Esse resultado é contabilizado considerando a ponderação pelo fator de exposição ao risco.

r. Outros Tributos

Outros tributos incidem sobre a receita transacional e são reconhecidos no resultado como "Outras Despesas", dentre os quais se destacam:

PIS e COFINS: contribuições sociais federais que, para as instituições financeiras, incidem sobre a receita líquida de juros, receita de prestação de serviços e outras receitas operacionais. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%;

ISS: imposto municipal incidente sobre as receitas de prestação de serviços. A alíquota varia de município para município e do tipo de serviço prestado, sendo a mínima de 2% e a mais comum de 5%.

s. Patrimônio Líquido

O capital social do BANESTES, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias e preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não conferem direito a voto, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens: prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital em caso de liquidação do Banco (sem prêmio); participação nos lucros distribuídos e pagamentos de juros sobre o capital próprio em igualdade com as ações ordinárias e direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle do BANESTES ao mesmo preço ofertado às ações de controle.

s.1. Custos de Emissão de Ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, deduzido de impostos, reduzindo o valor de mensuração inicial das ações.

s.2. Lucro por Ação

O BANESTES apresenta dados de lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas do BANESTES pelo número médio de ações em circulação durante o ano, excluindo-se o número de ações compradas pela instituição e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros emitidos pelo Sistema Financeiro BANESTES com efeito de diluição.

4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS

O SFB adota estimativas e premissas que afetam o valor reportado de ativos e passivos no próximo período. Todas as estimativas e premissas necessárias de acordo com o IFRS são as melhores estimativas determinadas de acordo com o padrão aplicável. Essas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e baseados na experiência histórica e outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e premissas que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos que estão divulgadas a seguir:

- **Valor Justo dos Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem principalmente em

ativos financeiros mensurados a valor justo no resultado e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base nas metodologias descritas na Nota 7.

- **Provisão para Perdas Esperadas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA**

A mensuração da provisão para perdas com créditos esperados para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA requer o uso de modelos complexos e hipóteses significativas sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Explicação das premissas e técnicas de estimativa utilizadas na mensuração da perda de crédito esperada é mais detalhada na Nota 3.e.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Determinar critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos apropriados para a mensuração da perda de crédito esperada;
- Estabelecer o número e ponderações relativas a cenários prospectivos para cada tipo de produto e mercado relacionado a perda de crédito esperada; e
- Estabelecer grupo de ativos financeiros semelhantes para fins de mensuração da perda de crédito esperada.

O processo para determinar o nível de provisão para perda de crédito esperada exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

A determinação da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) com empréstimos e adiantamento a clientes exige, por sua natureza, julgamentos e suposições com relação à carteira, tanto em bases individuais quanto em base coletiva. Na revisão da carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia é utilizada para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico é considerado para fazer tais mensurações.

Fatores adicionais que podem afetar essa determinação da provisão para perdas com empréstimos e adiantamento a clientes incluem condições econômicas brasileiras gerais e experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, além de experiência recente de prejuízos, valores de garantias de uma operação de crédito, volume, composição e crescimento da carteira de empréstimos e recebíveis e quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar empréstimos e recebíveis ou confirmar a deterioração de crédito existente.

As provisões para *impairment* calculadas coletivamente cobrem as perdas de crédito inerentes a carteiras de créditos com características econômicas similares quando existem evidências objetivas que elas contêm créditos com *impairment* que não podem ser identificados individualmente. O BANESTES utiliza modelos para analisar as carteiras de crédito e determinar a provisão necessária para perdas, considerando fatores de perdas e outros indicadores de risco. Embora os modelos sejam frequentemente revisados e melhorados, eles são, por sua natureza, dependentes de julgamento sobre as informações.

A utilização de metodologias alternativas e de outras premissas e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes de perdas por *impairment* reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados apresentados.

- **Ativos Fiscais Diferidos**

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o SFB terá lucro tributável futuro em relação aos ativos fiscais diferidos que possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas caso seja considerado provável que o SFB terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do SFB é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

- **Provisões Técnicas de Seguros**

As provisões técnicas de seguros são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos em um determinado momento no futuro, a favor dos segurados. Os benefícios futuros de apólices e sinistros incluem reservas para seguro de vida em grupo e individual, seguro contra acidentes, dentre outros.

O valor do passivo é determinado utilizando métodos atuariais baseados em histórico de pagamentos de sinistros para determinar a estimativa de passivos de sinistros. Os métodos para se determinar essas estimativas e estabelecer as provisões técnicas são revisados e atualizados regularmente. Os ajustes resultantes são reconhecidos no resultados do respectivo período.

- **Provisões e Passivos Contingentes**

O SFB revisa periodicamente suas contingências, as quais são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como “Provisões”.

Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos, valores e probabilidades de perda.

- **Plano Benefício Pós-Emprego**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o UCP – Unidade de Crédito Projetada, ou PUC – *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO – *Projected Benefit Obligation*), líquido ativos dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, procedida anualmente por atuário independente, no final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, quando ocorrer

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução e Visão Geral

O BANESTES, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição. Essas políticas visam fortalecer a Governança Corporativa do Banco e adotar as melhores práticas de gerenciamento de riscos do mercado, estando sempre em conformidade com os requerimentos do Acordo de Basileia e aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN. Para conhecer mais sobre o processo, acesse o documento de Gerenciamento de Riscos no site de relações com investidores (<http://www.banestes.com.br/ri/index.html>), que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

Risco de Crédito

Crédito é definido como a expectativa de recebimento de uma quantia em dinheiro, dentro de um espaço de tempo previamente estabelecido. Em contrapartida, define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à inadimplência do tomador ou contraparte, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O gerenciamento do risco de crédito é executado por áreas independentes das unidades de negócios e tem como objetivo gerar informações

para as áreas envolvidas no processo de crédito.

Em atendimento ao artigo 7º da Resolução n.º 3.721, de 30/04/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o SFB instituiu a estrutura de gerenciamento do risco de crédito que é composta pela Diretoria de Riscos e Controle e Diretoria Jurídica e Administrativa, sendo a Diretoria de Riscos e Controle, a responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do SFB perante o Bacen.

Os processos existentes de classificação e análise de risco, administração, controle, avaliação e concessão de crédito são totalmente sistematizados, proporcionando entre outros benefícios, o acompanhamento e controle gerencial dos processos com agilidade, observando a segurança inerente à função de conceder crédito e ao mesmo tempo capaz de garantir a sustentabilidade da Instituição.

No que tange ao *impairment*, o SFB, através da análise de dados históricos do comportamento de atraso das operações de crédito, calcula a perda utilizando a média histórica dos cinco últimos anos, ajustadas para refletir os efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras, conforme descrito na Nota 3.e.2.

Essa média utilizada sobre as carteiras analisadas foi apurada considerando dados de forma massificada, além de dar tratamento especial aos clientes classificados como significativos.

Política de Crédito

A política de crédito tem como linha mestra ampliar a carteira de crédito, fixando regras que devem nortear o processo de concessão de crédito do Banco, não perdendo de vista a mitigação dos riscos e a maximização do resultado, assegurando o retorno sobre o capital, e aderente ao cenário econômico.

As agências possuem limites de alçada decisória de crédito, e os comitês de crédito da Direção Geral, analisam e decidem sobre limites e valores superiores às alçadas das agências, segregando assim as decisões de acordo com o estabelecido na política de crédito.

Ressalta-se na política de concessão de créditos do SFB, a partir da utilização de modelos de *Credit Scoring* avançados e atualizados, a adoção de processos de decisão ágeis e seguros, proporcionando a aprovação automática de limite de crédito padrão e concessão de crédito, viabilizando o crédito por meios de canais eletrônicos e a melhoria contínua da qualidade da carteira de crédito.

A política de crédito é estabelecida com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico. Destacam-se, entre os fatores internos: resultado da análise da evolução da carteira, os níveis registrados de inadimplência, a qualidade da carteira, as margens e taxas de retorno, dentre outros; enquanto fatores externos são relacionados ao acompanhamento do ambiente macroeconômico do mercado.

A determinação dos níveis de provisões para potenciais perdas está adequada à exposição de risco em cada operação. As análises consideram os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, visando proteger a Instituição contra perdas decorrentes de crédito. As operações são avaliadas em função da classificação de risco do cliente/grupo econômico, ponderando garantias agregadas nas operações, a natureza e o tipo de operação, bem como de atrasos de pagamento que têm predominância sobre outros fatores para determinar a provisão final.

O SFB utiliza as garantias como uma forma de mitigação do risco de crédito, onde no processo de concessão é priorizado as garantias de maior liquidez, sendo elas responsáveis em assegurar plena liquidação do principal e dos encargos financeiros em caso de inadimplência. A tabela abaixo mostra uma estimativa do valor justo das garantias e de outros tipos de valores mantidos contra ativos financeiros:

	31/03/2024	31/12/2023
Alienação Fiduciária	322.698	322.975
Aval/ Fiança/ Caução	33.205	33.205
Cessão/ Consignação	131.578	133.026
Hipoteca/ Penhor	55.443	55.443
Propriedade do Bem Móvel/ Imóvel	255	255
Total	543.179	544.904

(*) Todas as garantias estão avaliadas pelo Nível 2 da Hierarquia do Valor Justo.

Demonstramos no quadro abaixo os detalhes de ativos financeiros e não-financeiros obtidos pela tomada de posse de garantias mantidas como empréstimos e recebíveis, bem como a posição das garantias detidas no final do trimestre.

Os bens obtidos são registrados no balanço patrimonial na rubrica de "Ativos Não Correntes Mantidos para Venda" (Nota 14) pelo valor justo do bem, de acordo com a expectativa de recuperação em função da venda do ativo, ou pelo valor contábil do contrato, dos dois o menor.

	31/03/2024	31/12/2023
Imóveis	42.420	56.228
Veículos	7.787	9.465
Outros	13	14
Subtotal	50.220	65.707
Provisão p/ Desvalorização	(1.712)	(1.888)
Valor Líquido	48.508	63.819

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais um *impairment* é reconhecido. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

	31/03/2024				31/12/2023			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Ativos financeiros ao VJORA								
Instrumento de Dívida e Patrimônio	20.394.943	-	-	20.394.943	19.937.678	-	-	19.937.678
Letras Fin. do Tesouro - LFT	18.659.118	-	-	18.659.118	18.178.726	-	-	18.178.726
Notas Fin. do Tesouro - NTN	201.410	-	-	201.410	208.812	-	-	208.812
Debêntures	1.442.915	-	-	1.442.915	1.480.740	-	-	1.480.740
Letras Financeiras	43.817	-	-	43.817	42.558	-	-	42.558
Cotas de Fundos	47.683	-	-	47.683	26.842	-	-	26.842
Total	20.394.943	-	-	20.394.943	19.937.678	-	-	19.937.678

	31/03/2024				31/12/2023			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Ativos financeiros ao custo amortizado								
Créditos a Instituições Financeiras	3.064.502	-	-	3.064.502	2.599.944	-	-	2.599.944
Aplicações no mercado aberto	2.098.072	-	-	2.098.072	1.656.332	-	-	1.656.332
Aplicações em depósitos interfinanceiros	966.430	-	-	966.430	943.612	-	-	943.612
Instrumento de Dívida e Patrimônio	6.106.441	-	-	6.106.441	6.743.865	-	-	6.743.865
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.190.756	-	-	4.190.756	4.796.743	-	-	4.796.743
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	494.602	-	-	494.602	505.100	-	-	505.100
Títulos da novação da dívida do FCVS - CVS	92.879	-	-	92.879	100.958	-	-	100.958
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	56.096	-	-	56.096	63.201	-	-	63.201
Debêntures	606.287	-	-	606.287	591.946	-	-	591.946
Letras financeiras	665.818	-	-	665.818	685.914	-	-	685.914
Outros	3	-	-	3	3	-	-	3
Créditos a clientes	7.558.612	2.039.147	431.614	10.029.373	7.159.920	1.969.337	399.444	9.528.701
Créditos a clientes	7.558.612	2.039.147	431.614	10.029.373	7.159.920	1.969.337	399.444	9.528.701
Riscos potenciais	1.481.659	342.808	22.195	1.846.662	75.556	216.785	197.194	489.535
Limites a clientes	1.481.659	342.808	22.195	1.846.662	75.556	216.785	197.194	489.535
Total	18.211.214	2.381.955	453.809	21.046.978	16.579.285	2.186.122	596.638	19.362.045
Exposição total	38.606.157	2.381.955	453.809	41.441.921	36.516.963	2.186.122	596.638	39.299.723
(-) Provisão para perdas de ativos financeiros	(93.930)	(224.782)	(210.312)	(529.024)	(80.012)	(216.785)	(197.194)	(493.991)
(=) Exposição líquida	38.512.227	2.157.173	243.497	40.912.897	36.436.951	1.969.337	399.444	38.805.732

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos avaliados a valor justo

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros avaliados a valor justo:

	31/03/2024	31/12/2023
Ativos financeiros ao VJR		
Instrumentos de Dívida	387.790	423.311
Cotas de fundos de investimento	387.790	423.311
Instrumentos de patrimônio designado ao VJORA		
Instrumentos de Patrimônio	47.683	26.842
Cotas de fundos de investimento	47.683	26.842

Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo SFB para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais políticas contábeis do SFB (Nota 3).

- Premissas para aplicação da abordagem de 3 estágios

Para a determinação da provisão das perdas esperadas, alguns conceitos importantes precisam ser inicialmente entendidos e definidos, sendo eles:

- Aumento significativo do risco de crédito;
- Inadimplência;
- Cura (diminuição do risco de crédito); e
- Segmentação.

Aumento significativo no risco de crédito e "cura"

O SFB monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o SFB avalia se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

O SFB considera que uma contraparte teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

- Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;
- 100% da PD no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros; e
- Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%.

Além disso, considera-se que ocorreu um aumento significativo de risco de crédito quando a contraparte tiver um contrato renegociado (até o momento em que o mesmo for considerado curado, de acordo com as regras expostas mais adiante) ou restrições financeiras.

Considera-se que um instrumento deixou de apresentar aumento significativo de risco de crédito (ou seja, evento de "cura" que proporciona a volta para o Estágio 1) quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de:

- 4 meses, para clientes que são pessoas físicas com produtos parcelados;
- 5 meses, para clientes que são pessoas físicas com produtos rotativos;
- 6 meses, para clientes que são pessoas físicas com operações de crédito consignado;
- 9 meses, para clientes que são pessoas físicas com operações de crédito renegociadas;
- 5 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com produtos parcelados;
- 6 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com produtos rotativos; e
- 9 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com operações de crédito renegociadas.

Esses períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status

de inadimplência após "cura".

Definição de inadimplência e "cura"

O SFB considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de perdas esperadas (PE), todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias, operações renegociadas vencidas a mais de 60 dias, operações onde o devedor possua apontamento de restrição financeira com atraso superior a 30 dias e/ou de cheque sem fundo e operações onde o devedor (pessoa jurídica) encontra-se em processo de recuperação judicial, concordata ou falência.

Para operações interbancárias (créditos a instituições financeiras), o SFB as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Considera-se que um instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de "cura") quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de 1 mês, para clientes com produtos rotativos, consignados ou parcelados, e de 3 meses, para clientes com operações renegociadas. Estes períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após "cura".

Segmentação (agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas)

Conforme mencionado na Nota 3, o SFB calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de créditos a clientes.

O SFB agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de contraparte (pessoa física ou pessoa jurídica); e
- Tipo de produto (produtos parcelados, produtos rotativos, operações de crédito consignado).

- Mensuração do risco de crédito

Para atendimento ao IFRS 9, o SFB deve mensurar as perdas esperadas considerando os seguintes parâmetros de risco de crédito:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD), considerando a situação econômica corrente e previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito, durante o seu prazo esperado (*visão forward looking*);
- Perda em caso de inadimplência (*loss given default* - LGD); e
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* - EAD).

A provisão para perdas esperadas é determinada aplicando-se os percentuais de PD e LGD sobre a EAD (base de cálculo da provisão para perdas esperadas).

Probabilidade de inadimplência (probability of default – PD)

O SFB possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo compreendem créditos pessoais, operações com cartões de crédito e cheque especial sem garantias. Essas operações recebem uma classificação de risco através de um modelo de *credit score* interno, que utiliza como parâmetros principais:

Para clientes que são pessoas físicas:

- Tipo de produto;
- Tempo de relacionamento;
- Identificação de restritivo externo;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;

- Idade do cliente; e
- Renda.

Para clientes que são pessoas jurídicas:

- Tipo de produto;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Tempo de fundação da empresa;
- Faturamento anual;
- Identificação de restritivo externo; e
- Tempo de relacionamento.

A definição das classificações internas de risco de crédito está definida conforme a seguir:

Pessoa Física	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Requer atenção
F	Baixa qualidade
Pessoa Jurídica	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Baixa qualidade

A carteira de operações de crédito encontrava-se assim distribuída entre os *ratings* internos em:

Rating	31/03/2024	31/12/2023
A	620.295	610.612
B	1.469.592	1.362.526
C	1.765.206	1.833.385
D	1.690.617	1.559.590
E	1.915.457	1.846.463
F	2.568.206	2.316.121
Total	10.029.373	9.528.697

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de *ratings*, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

Perda em caso de inadimplência (LGD)

A LGD é a perda surgida na hipótese de inadimplência. O cálculo de LGD baseia-se nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes.

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE). Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do SFB.

Informações prospectivas (visão forward looking)

Nos modelos de PE, o SFB utiliza informações macroeconômicas prospectivas, sendo o IPCA e a SELIC as principais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Segmento	Variável macroeconômica	Projeção utilizada
Pessoa Física - Produtos Rotativos	IPCA para os próximos 4 meses	0.19 % a.m
Pessoa Física - Crédito Consignado	SELIC para os próximos 6 meses	5.50% a.a.
Pessoa Física - Produtos Parcelados	IPCA para o próximo mês	0.36% a.m
Pessoa Jurídica - Produtos Rotativos	IPCA para os próximos 4 meses	0.19% a.m
Pessoa Jurídica - Produtos Parcelados	SELIC para os próximos 7 meses	5.50% a.a.
	SELIC para os próximos 3 meses	5.00% a.a.

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste por *impairment* foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação trimestralmente.

Apresentamos abaixo as mudanças no *impairment* em 31 de março de 2024, que seriam o resultado razoável de possíveis mudanças nas premissas de variáveis econômicas utilizadas pelo SFB:

Pessoa física – produtos rotativos		PD	% relativo
IPCA	Base	1,7432%	0,00%
	Piora 1%	1,7435%	0,02%
	Melhora 1%	1,7429%	-0,02%

Pessoa física – crédito consignado		PD	% relativo
SELIC	Base	1,6183%	0,00%
	Piora 1%	1,6189%	0,04%
	Melhora 1%	1,6177%	-0,04%

Pessoa física – produtos parcelados		PD	% relativo
IPCA	Base	6,2986%	0,00%
	Piora 1%	6,2993%	0,01%
	Melhora 1%	6,2980%	-0,01%

Pessoa jurídica – produtos rotativos		PD	% relativo
IPCA	Base	1,7107%	0,00%
	Piora 1%	1,7110%	0,02%
	Melhora 1%	1,7103%	-0,02%

SELIC	Base	1,7107%	0,00%
	Piora 1%	1,7130%	0,14%
	Melhora 1%	1,7083%	-0,14%

Pessoa jurídica – produtos parcelados		PD	% relativo
SELIC	Base	3,9385%	0,00%
	Piora 1%	3,9546%	0,41%
	Melhora 1%	3,9224%	-0,41%

Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez do Banestes é executado por unidade segregada das áreas de negócio e de auditoria interna e possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Resolução CMN nº

4.557/2017, que é um conjunto de diretrizes que tem como objetivo estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela administração da Instituição, adotando uma tolerância ao risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco.

A mensuração do risco de liquidez considera, principalmente, a possibilidade de saídas de recursos nas principais linhas de captações, saída de recursos com investimentos na carteira comercial e em títulos privados e as obrigações da instituição em geral. São adotadas estratégias de captação que proporcionam diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento, sendo considerados instrumentos elegíveis para captação de recursos: depósito à vista, depósito a prazo, depósito de poupança, depósito interfinanceiro, emissão de títulos e valores mobiliários, captação de recursos em moeda estrangeira.

Para mitigação do risco de liquidez, o Banestes acompanha, diariamente, o risco de liquidez ao qual está exposto, a fim de manter um nível mínimo de recurso para assegurar a sua liquidez. O limite mínimo do colchão de liquidez adotado pela Instituição é revisado anualmente e fornece um nível de liquidez necessário para suportar os desembolsos de curto prazo, previstos ou imprevistos.

São utilizadas as seguintes ferramentas na gestão do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial Banestes:

- Monitoramento do Colchão de Liquidez diário, que prevê a manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos em caixa em situação de estresse, frente aos limites mínimos definidos;
- Avaliação da liquidez intradia;
- Avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores no mínimo de 90 dias;
- Análise do perfil e comportamento diário das captações de recursos;
- Apuração mensal do índice de liquidez de curto prazo desenvolvido internamente, que identifica o montante de ativos livres de alta liquidez para cobrir as saídas (líquidas) que a Instituição pode sofrer sob um severo cenário de estresse no horizonte de 30 dias;
- Avaliação do risco de liquidez por Comitê responsável, como parte do processo de aprovação de novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, assim como da compatibilidade destes com os procedimentos e controles existentes;
- Execução, sempre que necessário, dos procedimentos definidos no Plano de Contingência para a recuperação dos níveis mínimos de liquidez.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial adota um Plano de Contingência de Liquidez, atualizado anualmente, que estabelece estratégias de administração para situações de crise de liquidez, incluindo procedimentos para a geração de caixa em situações emergenciais.

Visando verificar a capacidade de liquidez da Instituição e elencando medidas corretivas, caso sejam necessárias, são realizados também “Testes de Estresse de Liquidez”, que utilizam:

- Projeção do Colchão de Liquidez para diferentes horizontes de tempo, em situações normais ou de estresse;
- Testes de estresse mensais que avaliam: a situação do colchão de liquidez após expectativas de saque dos depósitos sem a realização de novas captações;
- Expectativas de realização dos compromissos assumidos (exposições não contabilizadas no balanço patrimonial e linhas de crédito e de liquidez).

Prazos Contratuais Residuais de Ativos e Passivos Financeiros

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa referentes aos ativos e passivos financeiros do BANESTES. Os fluxos de caixa que o BANESTES estima para esses instrumentos são apurados de acordo com base em expectativas de realização e resgates dos valores futuros. Os ativos totais compreendem a carteira de crédito comercial e a carteira de investimento (tesouraria).

	31/03/2024				31/12/2023			
	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias
Ativo Total	60.249.084	12.344.062	11.012.359	36.892.663	60.136.456	11.883.601	10.281.011	37.971.844
Passivos não Derivativos	44.363.505	26.394.631	2.795.438	15.173.436	42.475.333	25.319.252	3.350.047	13.806.034
Depósitos de Instit. Financeiras	15.319.427	15.319.427	-	-	14.693.362	14.390.731	302.631	-
Depósitos de Clientes	28.137.990	10.419.866	2.678.316	15.039.808	26.945.094	10.265.843	2.879.011	13.800.240
Emissão de Títulos	652.586	483.380	42.944	126.262	693.035	557.428	135.607	-
Outros passivos financeiros	253.502	171.958	74.178	7.366	143.842	105.250	32.798	5.794

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa referentes aos ativos e passivos financeiros do BANESTES. Os fluxos de caixa que o BANESTES estima para esses instrumentos são apurados de acordo com base em expectativas de realização e resgates dos valores futuros.

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da Instituição.

Para o gerenciamento de risco de mercado da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória (posições da carteira *Trading* mais as exposições em moedas estrangeiras e *commodities* da carteira *Banking*) utilizam-se, respectivamente, a metodologia VaR (*Value at Risk* - Valor em Risco), considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias, sendo que as volatilidades são apuradas por meio de um modelo de alisamento exponencial - EWMA (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas), e as metodologias definidas pelo Bacen para os riscos das posições sujeitas à variação nas taxas de juros, às exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial, *commodities* e ações, que inclui o risco apurado pela metodologia VaR paramétrico para as operações prefixadas em reais, considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias. As volatilidades e correlações utilizadas para a apuração da parcela de risco referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas da carteira de negociação são extraídas do sítio eletrônico do Bacen. Esse gerenciamento da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória é realizado diariamente. Na mensuração do risco de mercado, as posições classificadas na carteira de negociação são marcadas a mercado utilizando metodologias de avaliação a mercado ou de avaliação por modelo de apreçamento amplamente aceitas no mercado.

O risco de taxas de juros da carteira bancária (*Banking*) é apurado pela abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados nesta carteira, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição, e pela abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* – NII), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição.

Exposição ao Risco

Carteira de Negociação

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Exposição ao risco de mercado – Carteira de *Trading* e *Banking*

Apresentamos a seguir os valores médio, máximo e mínimo do VaR das operações prefixadas da carteira de negociação (VaR PRE), de todas as operações da carteira de negociação (VaR *Trading*) e das operações classificadas tanto na carteira de negociação quanto das operações

classificadas na carteira bancária (VaR Global), nos quais foram considerados o intervalo de confiança de 99% e o horizonte de tempo de 10 dias. O risco de taxas de juros da carteira bancária é apurado considerando tanto a abordagem de valor econômico (Economic Value of Equity - EVE) quanto a abordagem de resultado de intermediação financeira (Net Interest Income – NII):

	31/03/2024			31/12/2023				
	Mínimo	Média	Máximo	31/03/2024	Mínimo	Média	Máximo	31/12/2022
VaR PRE	26	93	227	100	62	90	152	69
VaR Trading	980	1.561	2.134	1.487	1.871	3.137	4.289	3.504
Banking (ΔEVE)	469.331	472.121	475.148	469.331	439.592	463.397	478.520	478.520
VaR Global	47.858	51.120	53.576	53.576	56.079	67.754	77.531	56.079

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moedas

	Dólar	Euro	Outras	Total
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa	669	-	-	669
Total	669	-	-	669
Posição Líquida	669	-	-	669

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade é um instrumento que permite a mensuração do impacto das variações de mercado, tais como, taxa de juros, cotações de moedas, ações e fundos de investimentos sobre os instrumentos financeiros do Banestes.

Trimestralmente, é realizada a análise de sensibilidade das exposições financeiras da carteira de negociação (*Trading*) e da carteira bancária (*Banking*) sujeitas ao risco de mercado.

Essas análises de sensibilidade são realizadas a partir da construção dos seguintes cenários que apresentam condições que poderiam afetar negativamente as posições:

Cenário 1: Situação provável: adotada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Cenário 2: Situação possível: adotada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Cenário 3: Situação remota: adotada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

Análise de Sensibilidade (Carteira Trading e Banking)

Fatores de Risco	31/03/2024			31/12/2023		
	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	(3.308)	(82.277)	(163.582)	(2.167)	(53.711)	(106.509)
IPCA	(358)	(7.927)	(14.110)	(485)	(8.078)	(14.348)
Dólar	(7)	(167)	(335)	(6)	(149)	(299)
Euro	-	-	-	-	-	-
Libra Esterlina	-	-	-	-	-	-

(*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

Cabe mencionar que as carteiras *Trading* e *Banking* analisadas são compostas por títulos públicos e privados classificados contabilmente como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, moedas estrangeiras classificadas contabilmente como Caixa e Equivalentes de Caixa e Outros Ativos/Passivos e cotas de fundos de investimento classificados contabilmente como em valor justo através do resultado.

O valor de exposição líquida desses elementos que compõem a carteira *Trading* e *Banking* submetidas à análise de sensibilidade encontram-se na tabela a seguir:

	31/03/2024	31/12/2022
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	20.347.260	19.910.836
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	330.165	361.174
Caixa e Equiv. de Caixa/ Depósitos interfinanceiros/Outros Ativos/ Passivos c/caract.de <i>trading</i>	669	596

Quadro de Análise de Sensibilidade

Fator de Risco	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa prefixada de juros	(343)	(8.096)	(15.276)
Índices de Preços	(485)	(8.078)	(14.348)
Moedas	(6)	(149)	(299)
Fundos	(1.087)	(27.186)	(54.376)

Gerenciamento de Capital

Visando a adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado, o Banestes instituiu a sua Política de Gerenciamento de Capital, que representa um conjunto de ações elaboradas considerando os objetivos estratégicos da organização que, por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, ou seja, do Patrimônio de Referência, visa avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos de crédito, mercado e operacional ao qual está sujeita, além de elaborar um planejamento de metas e de necessidades de capital.

Destaca-se ainda que a estrutura de gerenciamento de capital do Banestes prevê mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, adoção de um plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos, realização de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital, bem como a elaboração de relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração.

Alocação de Capital

O conceito de Patrimônio de Referência foi instituído pelo Acordo da Basileia, implementado no Brasil pela Resolução CMN n.º 2.099/1994. O PR consiste no somatório do Nível I e do Nível II e representa a base de cálculo para verificar se o patrimônio de referência exigido está sendo observado.

Para a apuração do risco de crédito, os cálculos são realizados seguindo os preceitos da Resolução n.º 229/2022 do Banco Central do Brasil, na qual os ativos são ponderados por fatores que variam de 0% a 1.250%. Essa Circular estabelece um conjunto de regras para cálculo da Parcela dos Ativos Ponderados pelo Risco para Cobertura do Risco de Crédito – RWAcpad para as operações de crédito, levando em consideração os instrumentos mitigadores de risco, e para os demais ativos e despesas registradas no ativo da Instituição. Estabelece também as regras para cálculo do RWAcpad para os compromissos, como, por exemplo, no caso de cartão de crédito, cheque especial e conta garantida.

Por intermédio desses cálculos, o SFB gera as suas análises que o auxiliam a manter o patrimônio de referência compatível com o grau de risco de seus ativos, estando sempre alinhado a um índice mínimo de 10,5% conforme regulamento do Banco Central do Brasil.

Conforme Resolução n.º 4.955/2021, o Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Conglomerado Prudencial.

Informamos os principais indicadores do BANESTES referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, calculado em conformidade com o

Novo Acordo de Basileia:

	Banestes Consolidado	
	Prudencial	
	31/03/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido Ajustado	2.271.978	2.216.351
(-) Redução Ajustes Prudenciais	(249.821)	(240.657)
(-) Ativos Intangíveis	(221.073)	(213.737)
(-) Investimentos significativos em assemelhadas	(28.748)	(26.920)
Patrimônio de Referência (PR) (Nível I + Nível II)	2.022.157	1.975.694
Exposições ao Risco:		
Parcela exigida para cobertura do Risco de Crédito (RWAcpad)	11.686.514	11.298.925
Parcela exigida para cobertura do Risco Operacional (RWAopad)	2.360.683	2.198.795
Parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado (RWAm pad)	44.144	37.149
Parcela exigida para cobertura do Risco de Serviços de Pagamento (RWAsp)	1.313	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	14.092.654	13.534.869
Margem sobre o PR considerando IRRBB¹ e ACP²	73.097	76.012
Índice de Basileia [(PR/RWA)*100]	14,35%	14,60%
Montante do PR apurado para Cobertura do Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação (IRRBB)	469.331	478.520

(*) BANESTES Conglomerado Prudencial - composto pelas instituições financeiras BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. preparado segundo norma contábil do Bacen (BrGaap).

¹ IRRBB é parcela de capital para cobertura do risco das operações sujeitas a variações de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

² ACP - Adicional de Capital Principal.

6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Informações por segmento de negócios são apresentadas seguindo os segmentos definidos e utilizados pela Administração do SFB para gerenciar os negócios, bem como para a geração de relatórios gerenciais internos.

O SFB está dividido em dois segmentos:

- Financeiro: engloba os negócios das carteiras do Banco Múltiplo, da Gestão de Ativos que opera com as atividades de gestão de fundos do SFB e das atividades de administração e intermediação de títulos e valores mobiliários.
- Seguros: envolve as transações de seguros nos diversos ramos e previdência privada realizados com terceiros, pessoas físicas e jurídicas, além das atividades de administração e intermediação de seguros, previdência e capitalização.

As informações por segmento de negócios correspondentes aos trimestres findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023 são as seguintes:

Demonstração do Resultado do Exercício por Segmento
Em 31 de março de 2024:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	337.055	8.402	-	345.457
Resultado de Prestação de Serviços (1)	50.063	(7.372)	(2.004)	40.687
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	1.054	-	-	1.054
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	39.960	(25)	39.935
Resultado de Operações de Câmbio e Var. Cambial	-	-	-	-
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(85.544)	6	-	(85.538)
Despesas de Pessoal (1)	(117.440)	(7.580)	-	(125.020)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	132	5.076	-	5.208
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	30.796	-	(30.796)	-
Provisões	(5.369)	(136)	-	(5.505)
Despesas Tributárias	(23.685)	(4.205)	-	(27.890)
Outras Despesas Administrativas (2)	(100.359)	(4.811)	2.225	(102.945)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	9.414	968	(193)	10.189
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	96.117	30.308	(30.793)	95.632
Impostos Correntes e Diferidos	(17.553)	(10.475)	0	(28.008)
Resultado Líquido do Trimestre	78.584	19.833	(30.793)	67.624
Resultado do Trimestre Atribuível aos:	-	-	-	-
Acionistas Controladores	78.584	19.833	(30.793)	67.624
Total do Ativo	42.850.445	435.888	(679.613)	42.606.720
Passivo	40.548.598	128.823	(244.622)	40.432.799

Em 31 de março de 2023:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	313.113	6.935	-	320.048
Resultado de Prestação de Serviços (1)	57.777	(9.092)	(1.735)	46.950
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	(509)	-	-	(509)
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	30.909	(25)	30.884
Resultado de Operações de Câmbio e Var. Cambial	62	-	-	62
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(124.627)	-	-	(124.627)
Despesas de Pessoal (1)	(107.999)	(7.373)	2	(115.370)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	9	5.378	-	5.387
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	22.925	-	(22.925)	-
Provisões	2.043	(143)	-	1.900
Despesas Tributárias	(22.653)	(3.456)	-	(26.109)
Outras Despesas Administrativas (2)	(75.138)	(3.428)	1.783	(76.783)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(6.340)	2.319	(23)	(4.044)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	58.663	22.049	(22.923)	57.789
Impostos Correntes e Diferidos	(4.722)	(8.076)	-	(12.798)
Resultado Líquido do Trimestre	53.941	13.973	(22.923)	44.991
Resultado do Trimestre Atribuível aos:	-	-	-	-
Acionistas Controladores	53.941	13.973	(22.923)	44.991
Total do Ativo	37.112.738	295.200	(316.513)	37.091.425
Passivo	35.050.379	147.817	(108.335)	35.089.861

As eliminações entre o BANESTES S.A. e as empresas controladas referem-se:

- (1) Ao convênio de cooperação técnica cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes e pela utilização de estrutura física e de pessoal para as operações de corretagens, capitalização e seguros.
- (2) Aos lucros das Controladas, Juros sobre Capital Próprio e Dividendos recebidos pelas empresas, taxa de administração do FUNDO VGBL e resultado com

imóveis.

7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível 1: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o SFB não possui instrumentos financeiros classificados nesse nível.

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o SFB atua estão operando de forma eficiente e consequentemente, esses dados são representativos.

	31/03/2024			31/12/2023		
	Valor Justo			Valor Justo		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado		387.790	387.790	-	423.311	423.311
Cotas de Fundos de Investimento		387.790	387.790	-	423.311	423.311
Títulos de Dívida de Emissores Públicos				-	-	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	20.254.594	140.350	20.394.944	14.137.097	490.374	14.627.471
Cotas de Fundos de Investimento		47.684	47.684	-	33.943	33.943
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	18.860.527		18.860.527	12.702.758	-	12.702.758
Letras Financeiras		43.817	43.817	-	277.954	277.954
Debêntures	1.394.067	48.849	1.442.916	1.434.339	178.477	1.612.816

Não houve transferências de níveis entre os ativos financeiros para os períodos apresentados.

O valor de mercado dos Títulos Públicos Federais (LFT's, LTN's e NTN's), das Debêntures são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgado pela ANBIMA e/ou precificados por metodologia própria, observando os dados de mercado. O valor de mercado das Letras Financeiras é obtido a partir dos preços do mercado secundário ou valores divulgados pelos emissores e/ou precificado por metodologia própria, observando os dados de mercado. Para as Cotas de Fundo de Investimento o valor de mercado é obtido pelo valor da cota divulgado pelo próprio administrador do fundo. Os CRI's tem seu valor de mercado obtido através de metodologia própria, que precifica o ativo a partir de dados observados no mercado.

8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Classificação contábil e valor justo - a tabela a seguir apresenta a classificação do Sistema Financeiro BANESTES das classes de ativos e passivos financeiros e o seu valor justo.

	31/03/2024				31/12/2023			
	Valor Contábil	Valor Justo			Valor Contábil	Valor Justo		
		Total do	Nível 1	Nível 2		Total do	Nível 1	Nível 2
Instrumentos de Dívida	6.103.575	5.168.174	1.022.231	1.022.231	6.740.189	6.567.602	5.359.575	1.208.027
Créditos a Inst. Financeiras	3.062.992	3.062.992	-	3.062.992	2.599.165	2.599.165	-	2.599.165
Empréstimos e Recebíveis	9.504.978	9.504.978	-	9.504.978	9.039.165	9.039.165	-	9.039.165
Depósitos de Clientes (1)	22.935.440	22.932.834	-	22.932.834	22.383.278	22.380.663	-	22.380.663
Recursos de Inst. Financeiras(2)	15.282.353	15.282.353	-	15.282.353	14.642.959	14.642.959	-	14.642.959
Títulos de Dívida Emitidos	615.900	615.900	-	615.899	679.925	679.925	-	679.925

Referem-se a depósitos à vista, poupança e a prazo.

Recursos de Instituições Financeiras referem-se a operações compromissadas de liquidez imediata, depósitos e repasses.

9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL
a. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/03/2024	31/12/2023
Disponibilidades	194.920	157.808
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (*)	2.098.072	1.656.332
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	822.143	376.250
Letras do Tesouro Nacional – LTN	206.681	679.999
Notas do Tesouro Nacional – NTN	1.069.248	600.083
Total	2.292.992	1.814.140

(*) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for inferior a 90 dias.

b. Reservas no Banco Central

Estão compostas por créditos vinculados representados por cumprimento da exigibilidade dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros depósitos, como demonstrado a seguir:

	Forma de Remuneração	31/03/2024	31/12/2023
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	593.514	121.152
Depósitos de Poupança	Índice de Poupança	854.278	835.640
Outros Depósitos	Sem Remuneração	1.458	-
Compulsório sobre Microcrédito	Sem Remuneração	1.321	-
Pagamentos Instantâneos - PIX	Sem Remuneração	75.340	105.495
Aplicações Voluntárias no Banco Central	SELIC	24.739	44.000
Total		1.550.650	1.106.287

10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
a. Classificação

Categoria/Papel	31/03/2024						Total
	sem vencto.	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)	-	2.513	75.205	139.259	153.654	17.159	387.790
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	-	2.513	75.205	139.259	153.654	17.159	387.790
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	47.684	142.552	2.742.493	654.794	13.667.035	3.129.731	20.384.290
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	-	2.738.367	28.305	13.091.016	3.002.839	18.860.527
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	22.678	-	21.139	-	-	43.817
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	47.684	-	-	-	-	-	47.684
Debêntures	-	120.032	5.420	606.116	582.887	128.461	1.442.916
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(158)	(1.294)	(766)	(6.868)	(1.569)	(10.654)
Mensurados ao custo amortizado (CA)	-	2.462.897	3.452.480	2.562.907	498.297	189.985	9.166.567
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	2.107.344	2.710.602	1.756.290	255.483	46.589	6.876.308
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	284.039	736.427	591.211	20.570	-	1.632.247
Debêntures	-	72.714	7.091	211.880	222.485	92.118	606.288
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	4.730	-	51.366	56.096
Outros Títulos	-	-	-	-	-	3	3
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(1.200)	(1.640)	(1.204)	(241)	(91)	(4.375)

31/12/2023							
Categoria/Papel	sem vencido	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)	62.138	4.358	71.280	109.260	153.151	23.124	423.311
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	62.138	4.358	71.280	109.260	153.151	23.124	423.311
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	26.842	2.641	158.363	3.251.555	4.659.745	11.827.579	19.926.725
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	-	14.269	2.680.351	3.988.175	11.704.743	18.387.538
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	-	22.033	20.525	-	-	42.558
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	26.842	-	-	-	-	-	26.842
Debêntures	-	2.645	122.267	552.803	674.487	128.538	1.480.740
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(4)	(206)	(2.124)	(2.917)	(5.702)	(10.953)
Mensurados ao custo amortizado (CA)	-	2.423.688	3.567.522	2.389.307	501.758	457.079	9.339.354
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	2.379.145	2.642.075	1.468.829	261.752	307.332	7.059.133
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	37.967	849.110	722.460	19.989	-	1.629.526
Debêntures	-	7.801	78.008	194.525	220.260	91.352	591.946
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	4.582	-	58.619	63.201
Outros Títulos	-	-	-	-	-	3	3
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(1.225)	(1.671)	(1.089)	(243)	(227)	(4.455)

b. Ganhos e Perdas não Realizados de Ativos Financeiros Mensurados através de Outros Resultados Abrangentes

	Saldo 31/12/2023	Ganho	Perda	Impostos	Saldo	Saldo
		Não Realizado			31/03/2024	31/03/2023
Instrumento de Dívida e Patrimônio	(6.116)	14.020	112	(7.052)	964	(25.881)

c. Composição do *impairment* dos Instrumentos de Dívidas e Crédito das Instituições Financeiras

Ativos financeiros ao VJORA	31/03/2024				31/12/2023			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Instrumento de Dívida e Patrimônio	(10.654)	-	-	(10.654)	(10.953)	-	-	(10.953)
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	(8.770)	-	-	(8.770)	(8.545)	-	-	(8.545)
Notas Financeiras do Tesouro – NTN	(96)	-	-	(96)	(100)	-	-	(100)
Debêntures	(1.767)	-	-	(1.767)	(2.288)	-	-	(2.288)
Letras Financeiras	(21)	-	-	(21)	(20)	-	-	(20)
Total	(10.654)	-	-	(10.654)	(10.953)	-	-	(10.953)

Ativos financeiros ao custo amortizado	31/03/2024				31/12/2023			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	(1.504)	-	-	(1.504)	(1.283)	-	-	(1.283)
Aplicações no Mercado Aberto	(986)	-	-	(986)	(778)	-	-	(778)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(518)	-	-	(518)	(505)	-	-	(505)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio	(2.871)	-	-	(2.871)	(3.172)	-	-	(3.172)
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	(1.969)	-	-	(1.969)	(2.279)	-	-	(2.279)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(234)	-	-	(234)	(216)	-	-	(216)
Títulos Públicos Federais - CVS	(44)	-	-	(44)	(47)	-	-	(47)
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	(26)	-	-	(26)	(30)	-	-	(30)
Debêntures	(285)	-	-	(285)	(278)	-	-	(278)
Letras Financeiras	(313)	-	-	(313)	(322)	-	-	(322)
Total	(4.375)	-	-	(4.375)	(4.455)	-	-	(4.455)

d. Movimentação do Impairment dos Instrumentos de Dívidas e Crédito a Instituições Financeiras
Em 31 de março de 2024:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(10.953)	-	-	(10.953)
Novos ativos financeiros originados	11	-	-	11
Estorno de provisão de operações liquidadas	602	-	-	602
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(314)	-	-	(314)
Saldos em 31 de março de 2024	(10.654)	-	-	(10.654)

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.233)	-	-	(1.233)
Novos ativos financeiros originados	986	-	-	986
Estorno de provisão de operações liquidadas	(1.216)	-	-	(1.216)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	11	-	-	11
Saldos em 31 de março de 2024	(1.452)	-	-	(1.452)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(3.149)	-	-	(3.149)
Transferência do Estágio 1 para Estágio 3	-	-	-	-
Novos ativos financeiros originados	(13)	-	-	(13)
Estorno de provisão de operações liquidadas	494	-	-	494
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(255)	-	-	(255)
Saldos em 31 de março de 2024	(2.923)	-	-	(2.923)

Em 31 de dezembro de 2023:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(6.845)	-	-	(6.845)
Novos ativos financeiros originados	5.953	-	-	5.953
Estorno de provisão de operações liquidadas	(11.453)	-	-	(11.453)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	1.392	-	-	1.392
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(10.953)	-	-	(10.953)

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(2.407)	-	-	(2.407)
Novos ativos financeiros originados	(853)	-	-	(853)
Estorno de provisão de operações liquidadas	1.831	-	-	1.831
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	196	-	-	196
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.233)	-	-	(1.233)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(3.002)	-	-	(3.002)
Transferência do Estágio 1 para Estágio 3	-	-	-	-
Novos ativos financeiros originados	2.334	-	-	2.334
Estorno de provisão de operações liquidadas	(2.456)	-	-	(2.456)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(98)	-	-	(98)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(3.222)	-	-	(3.222)

e. Ativos Financeiros Vinculados

Refere-se a ativos vinculados à garantia de certas operações de câmbio, operações de cartão de crédito e operações de seguro.

	31/03/2024	31/12/2023
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	114.309	111.414
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	114.309	111.414
Vinculados a Provisões Técnicas de Seguros - Nota 22.c	124.749	139.214
Títulos de Renda Fixa - Públicos	124.749	139.214

11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	31/03/2024			31/12/2023		
	Bruto	Impairment	Líquido	Bruto	Impairment	Líquido
Cartões	652.643	(41.848)	610.795	645.856	(39.981)	605.875
Crédito comercial	2.727.598	(209.789)	2.517.809	2.621.361	(203.120)	2.418.241
Imobiliário	2.355.112	(67.901)	2.287.211	2.177.568	(54.804)	2.122.764
Industrial	1.018	(22)	996	1.334	(6)	1.328
Leasing Financeiro	-	-	-	-	-	-
Pessoal	3.390.501	(85.933)	3.304.568	3.282.258	(77.897)	3.204.361
Renegociação	306.832	(102.992)	203.840	300.956	(101.329)	199.627
Rural	595.669	(15.910)	579.759	499.368	(12.399)	486.969
Total	10.029.373	(524.395)	9.504.978	9.528.701	(489.536)	9.039.165

Movimentação do *Impairment*

Em 31 de março de 2024:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2024	75.556	216.785	197.194	489.535
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(3.606)	36.527	-	32.921
Estágio 1 para o Estágio 3	(439)	-	11.021	10.582
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(12.986)	43.642	30.656
Estágio 2 para o Estágio 1	5.787	(30.889)	-	(25.102)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	1.034	(6.052)	(5.018)
Estágio 3 para o Estágio 1	80	-	(2.453)	(2.373)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	10.644	29.393	3.080	43.117
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	2.243	(10.809)	(3.345)	(11.911)
Estorno de provisão de contratos liquidados	(965)	(4.272)	(32.775)	(38.012)
Total dos movimentos com impactos no resultado	89.300	224.783	210.312	524.395
Perda Esperada em 31 de março de 2024	89.300	224.783	210.312	524.395

Em 31 de dezembro de 2023:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2022	41.970	159.270	170.429	371.669
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(6.494)	48.196	-	41.702
Estágio 1 para o Estágio 3	(1.030)	-	50.458	49.428
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(13.255)	51.445	38.190
Estágio 2 para o Estágio 1	1.971	(28.541)	-	(26.570)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	1.172	(9.926)	(8.754)
Estágio 3 para o Estágio 1	180	-	(5.131)	(4.951)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	39.721	108.307	47.637	195.665
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	8.724	(22.022)	(9.387)	(22.685)
Estorno de provisão de contratos liquidados	(9.486)	(36.341)	(98.331)	(144.158)
Total dos movimentos com impactos no resultado	75.556	216.786	197.194	489.536
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2023	75.556	216.786	197.194	489.536

Composição por vencimento

	31/03/2024	31/12/2023
Total Vencimento e Direcionamento dos Empréstimos e Recebíveis	10.029.373	9.528.701
Prestações Vencidas	82.566	76.894
A partir de 15 dias	82.566	76.894
Prestações a Vencer	9.946.807	9.451.807
Até 90 dias	1.024.560	974.689
De 91 a 360 dias	2.092.632	1.943.399
Acima de 360 dias	6.829.615	6.533.719

12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

12.1. Impostos Correntes e Diferidos

	31/03/2024		31/12/2023	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da Trib. e Participações	105.327	105.327	529.373	592.373
Encargo de Imp. de Renda e Contr. Social às Alíquotas Vigentes	(26.332)	(21.066)	(148.094)	(118.474)
Ajustes aos Encargos de Imposto de Renda e Contr. Social				
Juros sobre o Capital Próprio	5.400	4.320	35.830	28.665
Resultado de Equivalência Patrimonial	6.466	4.834	24.370	18.236
Adições (exclusões) de caráter permanente	(4.930)	(1.798)	891	9.204
Adições (exclusões) de caráter temporário	(2.824)	(2.273)	16.084	12.849
Total dos Valores Devidos	(22.220)	(22.220)	(70.919)	(49.520)
Realização da Reserva de Reavaliação	7	5	56	48
Incentivos Fiscais	704	-	4.056	-
Despesa de Imp. de Renda e Contr. Social Corrente	(21.509)	(15.978)	(66.807)	(49.472)
Receitas (Despesas) de Imp. De Renda e Contr. Social Diferida	(345)	(272)	(1.638)	(1.291)
Ativo Fiscal Diferido	5.425	4.692	5.566	4.710
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação Arrend. Mercantil	-	-	6	-
Total da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(16.429)	(11.558)	(62.873)	(46.053)

* A alíquota efetiva de IR e CS é de 29,29% e 22,15% para o acumulado de doze meses de 2023 e 2022, respectivamente.

12.2. Movimentação dos Saldos do Crédito Tributário

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	(Realização)	Saldo em 31/03/2024
Refletidos no Resultado				
Diferenças Temporárias				
Provisão para Devedores Duvidosos	222.915	43.453	(108.286)	158.082
Ações Trabalhistas	29.072	3.031	(4.007)	28.096
Ações Cíveis	29.728	692	(1.674)	28.746
Contingências Fiscais	20.051	397	(51)	20.397
Outras Contingências	14.897	6.553	(2.758)	18.692
Ajustes de IFRS*	(4.111)	17.014	(16.733)	(3.830)
Total de Adições Temporárias	312.552	71.140	(133.509)	250.183
Crédito Tributário Não Corrente	1.346	125	(4.712)	(3.241)
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	299.233	71.265	(138.221)	246.942
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Ajustes ao Valor de Mercado – VJORA	14.305	11.285	66.613	92.203
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	14.305	11.285	66.613	92.203
Total Geral dos Créditos Tributários	313.538	82.550	(71.608)	339.145
Total dos Créditos Tributários Ativados	313.538	82.550	(71.608)	339.145

* Composto pelo efeito fiscal dos ajustes em IFRS.

a. Saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua Movimentação

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	(Realização)	Saldo em 31/03/2024
Refletidos no Resultado				
Superveniência de Depreciação de <i>Leasing</i>	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	19.402	589	28	20.019
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Ajustes ao Valor Justo – Tít. Disp. P/Venda	17.442	14.185	(8.050)	23.577
Reserva de Reavaliação de Imóveis	549	-	(12)	537
Total Geral dos Débitos Tributários	37.393	14.774	(8.034)	44.133

b. Expectativa de Realização do Crédito Tributário

	Crédito Tributário Ativado				
	Adições Temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Total
	IR	CSLL	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Ativado
2024	84.459	68.215	-	-	152.674
2025	51.860	41.488	-	-	93.348
2026	22.655	17.843	-	-	40.498
2027	15.449	12.359	-	-	27.808
2028	4.901	3.920	-	-	8.821
2029 a 2033	8.887	7.109	-	-	15.996
Total	188.211	150.934	-	-	339.145
Valor Presente	160.814	129.034	-	-	289.848
Valor Presente em 31/03/2023	148.482	118.561	-	-	267.043

13. OUTROS ATIVOS

	31/03/2024	31/12/2023
Depósitos Judiciais dados em Garantia	194.799	193.040
Depósitos Trabalhistas	40.725	42.081
Depósitos Cíveis	49.159	47.706
Depósitos Fiscais (Nota 20)	103.061	101.623
Depósitos de Sinistros	1.455	1.231
Outros Depósitos	399	399
Impostos e Contribuições a Compensar	38.378	37.363
Pagamentos a Ressarcir	22.255	21.695
Serviços Prestados a Receber	6.050	2.457
Adiantamentos e Antecipações Salariais	4.256	6.026
Adiantamentos para Pagamentos	21.361	23.563
Arrendamentos Operacionais a Receber	1	14
Despesas Antecipadas	81.815	87.283
Participações Pagas Antecipadamente	291	17.218
Relações Interfinanceiras e Interdependências (a)	135.661	127.753
Despesas de Comercialização Diferidas	7	-
Devedores Diversos – País	107.992	97.794
Outros Ativos	7.573	7.415
Total	620.439	621.621

a. Relações Interfinanceiras e Interdependências

	Forma de Remuneração	31/03/2024	31/12/2023
Relações Interfinanceiras		135.661	127.753
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	Sem Remuneração	5.272	123
Sistema Financeiro da Habitação		123.773	121.907
SFH - FGTS a Ressarcir	Índice de Poupança	3.108	3.202
SFH - Fundo de Compensação das Variações Salariais	TR + Juros	132.379	130.419
Provisão p/ Perdas com FCVS	Sem Remuneração	(11.714)	(11.714)
Correspondentes	Sem Remuneração	6.616	5.723
Relações Interdependências		-	-
Total das Relações Interfinanceiras e Interdependências		135.661	127.753

14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	31/03/2024	31/12/2023
Custo de aquisição		
Saldo no Início do Período	65.707	62.431
Aquisições	5.338	32.331
Alienações / Baixas	(20.825)	(29.055)
Transferências	-	-
Total	50.220	65.707
Desvalorização de Ativos Mantidos para Venda		
Saldo no Início do Período	(1.888)	(834)
Desvalorização	(3.205)	(4.297)
Baixas / Alienações	3.381	3.243
Transferências	-	-
Total	(1.712)	(1.888)
Resultado Líquido	48.508	63.819

15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS

	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipamentos de Processamento de Dados	Equipamentos de Comunicação, Segurança e Transporte	Outros	Imobilizado de Arrendamento(*)	Total
Custo de Aquisição								
Saldo em 31/12/2023	10.648	54.649	32.445	107.751	23.542	7.686	147.819	384.540
Aquisições	-	1.698	139	24	12.061	-	11.517	25.439
Alienações/ Baixas	(71)	-	(58)	(8)	(11.831)	-	(77.403)	(89.371)
Transferências	-	-	(1.487)	1.483	4	-	-	-
Saldo Final em 31/03/2024	10.577	56.347	31.039	109.250	23.776	7.686	81.933	320.608
Depreciação								
Saldo em 31/12/2023	(5.360)	(27.741)	(17.948)	(84.252)	(12.161)	(5.787)	(67.550)	(220.799)
Depreciação do Trimestre	(33)	(1.198)	(392)	(2.082)	(845)	(157)	(4.104)	(8.811)
Baixas/Alienações	63	-	58	4	-	-	67.550	67.675
Saldo Final em 31/03/2024	(5.330)	(28.939)	(18.282)	(86.330)	(13.006)	(5.944)	-	-
Saldo Líquido Final em 31/03/2024	5.247	27.408	12.757	22.920	10.770	1.742	77.829	158.673
Saldo Líquido em 31/12/2023	5.288	26.908	14.497	23.499	11.381	1.899	80.269	163.741

(*) O imobilizado de arrendamento é composto majoritariamente por contratos de aluguel de imóveis.

16. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 31/12/2023	165.051	12.127	139.490	68.889	385.557
Aquisições	9.534	-	6.325	7.754	23.613
Alienações / Baixas	-	-	(5)	-	(5)
Transferências	11.571	-	-	(11.571)	-
Saldo Final em 31/03/2024	186.156	12.127	145.810	65.072	409.165
Depreciação					
Saldo em 31/12/2023	(89.522)	(7.055)	(72.307)	-	(168.884)
Amortização do Período	(9.514)	(220)	(6.739)	-	(16.473)
Baixas / Alienações	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo Final em 31/03/2024	(99.036)	(7.275)	(79.046)	-	(185.357)
Perdas por Impairment					
Saldo em 31/12/2023	-	-	-	-	-
Baixas / Alienações	-	-	-	-	-
Saldo Final em 31/03/2024	-	-	-	-	-
Saldo Líquido Final em 31/03/2024	87.120	4.852	66.764	65.072	223.808
Saldo Líquido em 31/12/2023	75.529	5.072	67.183	68.889	216.673

(*) O Outros é composto majoritariamente por ativos em desenvolvimento.

17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO

	31/03/2024	31/12/2023	Taxas mínimas e máximas 31/03/2024	Taxas mínimas e máximas 31/12/2023
No País:	15.282.353	14.642.959		
Depósitos à Vista	292	8.237		
Operações Compromissadas	14.965.523	14.304.994	10,65% a.a	11,65% a.a
Obrigações por Repasses:	118.929	86.609		
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	117.955	85.345		
BNDES	-	6		
Finame	974	1.258		
Outras Instituições	-	-		
Depósitos Interfinanceiros	197.609	243.119	9,80% e 10,65% a.a	10,80% e 11,65% a.a
Total	15.282.353	14.642.959		
Composição por Vencimento				
Exigível à Vista	292	8.237		
Exigível a Prazo	15.282.061	14.634.722		
Até 90 dias	15.163.138	14.387.421		
De 91 a 360 dias	110.738	239.968		
Acima de 360 dias	8.185	7.333		
Total	15.282.353	14.642.959		

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de instituições financeiras" são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO

	31/03/2024	31/12/2023	Taxas mínimas e máximas 31/03/2024	Taxas mínimas e máximas 31/12/2023
Depósitos à Vista	1.126.379	1.315.050		
Depósitos a Prazo	17.525.813	16.847.763		
Depósitos de Poupança	4.283.248	4.220.465	0,50% e 0,63% a.m	0,52% e 0,63% a.a
Outros	-	-		
Total	22.935.440	22.383.278		
Composição por prazo de vencimento				
Exigível à Vista	9.895.475	9.791.103		
Exigível a Prazo	13.039.965	12.592.175		
Até 90 dias	98.763	55.107		
De 91 a 360 dias	1.454.051	1.345.532		
Acima de 360 dias	11.487.151	11.191.536		
Total	22.935.440	22.383.278		

Os passivos financeiros denominados de "Depósitos de clientes" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO

	31/03/2024	31/12/2023	Taxas mínimas e máximas 31/03/2024	Taxas mínimas e máximas 31/12/2023
Letras de Crédito Imobiliário	272.314	339.670	80,00% e 94,00% CDI	80,00% e 92,00% CDI
Letras de Agronegócio	343.586	340.255	80,00% e 92,00% CDI	80,00% e 92,00% CDI
Total	615.900	679.925		
Composição por prazo de vencimento				
Até 90 dias	282.786	387.576		
De 91 a 360 dias	233.286	292.349		
Acima de 360 dias	99.827	-		
Total	615.899	679.925		

Os passivos financeiros denominados de "Títulos de dívida emitidos" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES
a. Ativos Contingentes

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, a menos que a probabilidade de êxito seja praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é praticamente certa ou provável, que devessem ser registrados.

b. Passivos Contingentes

O SFB é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, para os processos com probabilidade de perda avaliada como provável.

A Administração do SFB entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos, cujo saldo e movimentação são as seguintes:

Natureza	31/03/2024					31/03/2023				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
Saldo no Início do Período	64.611	66.184	45.070	314	176.179	63.343	66.709	54.302	270	184.624
Constituições/Atualizações	6.792	1.562	891	88	9.333	10.103	1.645	2.008	82	13.838
Pagamentos/Reversões	(8.904)	(3.742)	(111)	(155)	(12.912)	(11.527)	(219)	(15.556)	(178)	(27.480)
Saldo no Final do Período	62.499	64.004	45.850	247	172.600	61.919	68.135	40.754	174	170.982

c. Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando a obter indenizações de natureza trabalhista. A provisão é realizada de acordo com a classificação de perda provável das ações trabalhistas no último dia útil de cada mês do ano corrente. Quanto aos processos com pedido de indenização em decorrência da Resolução 696, foi provisionado o percentual de 72,69% em todos os processos, considerando a média de pagamentos desta matéria. Em 31 de março de 2024, o SFB possuía provisão trabalhista de R\$ 62.500 sendo que se encontrava registrado, na mesma data, em depósito judicial R\$ 36.884 e em depósito recursal a importância de R\$ 3.840.

d. Processos Cíveis

São demandas que têm por objetivo pedidos de indenização por danos morais e materiais. No que se refere aos pedidos de indenização por dano moral, na maioria das vezes, são relativos a protestos abusivos, devolução indevida de cheques e registro indevido de dívidas nos órgãos de proteção ao crédito.

As questões discutidas nas ações, normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado econômico e financeiro da Instituição. Estas ações tramitam perante Juizados Especiais Cíveis, nos quais os pedidos são limitados em 40 salários mínimos, e também na Justiça Comum.

A provisão é realizada de acordo com o histórico de condenações pelo tipo de pedido existente nos processos. O valor provisionado é resultado da aplicação do percentual obtido com a média aritmética ponderada dos percentuais de variação entre o valor do pedido corrigido e o valor de condenação dos processos existentes no banco de sentença.

e. Processos Fiscais

O SFB discute judicialmente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações pelos órgãos fiscalizadores.

Os advogados da Instituição utilizam os critérios de natureza das ações, atualização de cada ação e posicionamento de nossos tribunais onde as referidas ações são classificadas conforme a possibilidade de perda em: provável, possível e remota.

Assim, demonstramos a seguir as provisões constituídas para riscos fiscais, segregadas por tipo de tributo e, caso aplicável, o respectivo depósito judicial:

Natureza – Fiscal	31/03/2024		31/12/2023	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
INSS - Diversas NFLD (1)	13.459	58.116	13.305	57.348
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/91 (2)	24.989	41.532	24.619	40.915
Honorários - Diversas Ações	6.919	-	6.384	-
Outros	483	3.413	589	3.360
Total	45.850	103.061	44.897	101.623

(1) Contribuições Previdenciárias e Terceiros - Ações judiciais que visam afastar as autuações fiscais que versam sobre Contribuições Previdenciárias, Terceiros e descumprimento de obrigação acessória com relação a GFIP.

(2) **IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991** - Objetiva-se com o questionamento judicial a dedução integral da diferença havida entre o IPC e o BTN, nos índices de correção monetária das demonstrações financeiras para efeitos fiscais e societários, reconhecida pela Lei n.º 8.200/1991, no percentual de 84,32%, na apuração do lucro real do ano-base de 1992, Exercício 1993, e na base de cálculo do imposto de renda sobre o lucro líquido e da contribuição social sobre o lucro.

f. Passivos Contingentes Classificados como Chances de Êxitos e Riscos de Perdas Possíveis

O SFB mantém sistema de acompanhamento para todos os processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais nos quais figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações de acordo com sua chance de êxito quando estiver no polo ativo e risco de perda quando figurar no polo passivo. Nesse contexto, os processos contingentes avaliados como chances de êxitos e riscos de perdas possível, estão demonstrados a seguir:

Processos Trabalhistas - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, supressão de função, reintegrações, dentre outras verbas. Os valores destas contingências totalizam R\$ 25.553.

Processos Cíveis - Das ações com estas características, o valor total é de R\$ 340.220 sendo que as mais relevantes representam R\$ 30.436.

Processos Fiscais - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo e perfazem um montante de R\$ 21.484 referentes a questionamentos judiciais de cunho tributário.

21. OUTROS PASSIVOS

	31/03/2024	31/12/2023
Passivo de Contratos de Arrendamento (a)	78.512	84.562
Impostos a Recolher	31.208	35.305
Obrigações por Aquisição de Bens	39.717	32.632
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	116.080	128.116
Obrigações Sociais e Estatutárias	10.365	74.908
Operações de Cartões de Crédito	13.544	3.202
Pagamentos a Efetuar	78.643	77.426
Receita Diferida	6.840	7.341
Recursos em Trânsito de Terceiros	4.248	17.412
Relações Interfinanceiras	521.160	533.405
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	5	4
Credores por Recursos a Liberar	113.776	98.195
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	118.245	43.116
Obrigações por Transações de Pagamentos	33	36
Obrigações por Convênios Oficiais	28.259	24.958
Outros Passivos	138.156	140.772
Total	1.298.791	1.301.390
Total Passivo Circulante	1.218.737	1.220.630
Total Passivo Não Circulante	80.054	80.760

a. Composição de Vencimento do Passivo de Arrendamento

	31/03/2024	31/12/2023
até 1 ano	22.649	26.953
de 1 ano a 5 anos	48.409	50.182
acima de 5 anos	7.454	7.427
Total	78.512	84.562

22. OPERAÇÕES DE SEGUROS

a. Passivo para cobertura remanescente

Em março de 2024:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2023	103.623	(95.387)	8.236
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	47.451	41.419	88.870
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(14.582)	(7.484)	(22.066)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(102)	-	(102)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	9.226	7.525	16.751
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(44.591)	(40.605)	(85.196)
Saldo Final em 31/03/2024	101.025	(94.532)	6.493

Em dezembro de 2023:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2022	17.359	(3.060)	14.299
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	226.119	245.545	471.664
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(47.066)	(45.614)	(92.680)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(441)	-	(441)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	71.125	4.847	75.972
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(362.484)	(89.339)	(451.823)
Saldo Final em 31/12/2023	(95.388)	112.379	16.991

b. Passivos de contratos de resseguros mantidos

Em março de 2024:

Movimentação do grupo de contas	Ramo
	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2023	8.951
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	325
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Período	-
Saldo Final em 31/03/2024	9.276

Em dezembro de 2023:

Movimentação do grupo de contas	Ramo
	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2022	8.902
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	13.309
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Período	(13.260)
Saldo Final em 31/12/2023	8.951

c. Passivos para sinistros ocorridos líquido resseguro

Em março de 2024:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	35.020	18.806	53.826
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	94	518	612
Saldo Final Ajustado	35.114	19.324	54.438

Em dezembro de 2023:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	33.438	19.209	52.647
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(12.436)	(546)	(12.982)
Saldo Final Ajustado	21.002	18.663	39.665

23. MARGEM FINANCEIRA

	31/03/2024	31/03/2023
Receitas Financeiras		
Caixa e Equivalentes de Caixa	75.349	145.016
Créditos a Instituições Financeiras	24.961	25.121
Empréstimos e Recebíveis	379.757	337.923
Títulos de Investimento	733.478	712.653
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	10.489	9.579
Outras Receitas Financeiras	1.960	2.302
Total	1.225.994	1.232.594
Despesas Financeiras		
Recursos de Instituições Financeiras	(413.383)	(399.301)
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	(466.257)	(512.923)
Depósitos Especiais	(127)	(155)
Outras Despesas Financeiras	(770)	(167)
Total	(880.537)	(912.546)
Margem Financeira	345.457	320.048

24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	31/03/2024	31/03/2023
Receitas de Prestação de Serviços		
Conta-Corrente / Poupança	28.369	27.948
Cartões de Crédito/ Débito	15.416	14.541
Administração de Fundos de Investimentos	7.580	10.524
Taxa de Distribuição de Fundos de Investimentos	-	7.029
Arrecadações e Convênio	5.755	6.129
Transferência de Fundos e Recursos	2.897	3.658
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	3.823	3.769
Cobrança	3.619	3.728
Corretagem de seguros	5.022	4.484
Taxa de Gestão de Fundos de Investimentos	-	-
Serviços de Custódia	181	225
Outras Receitas de Prestação de Serviços	6.167	2.928
Total	78.829	84.963
Despesas de Prestação de Serviços		
Serviços do Sistema Financeiro	(22.019)	(21.309)
Cartões de Crédito	(9.112)	(7.702)
Correspondente Bancário	(4.240)	(4.719)
Informação Cadastral	(841)	(871)
Outros Serviços do Sistema Financeiro	(7.826)	(8.017)
Despesas de Comercialização de Planos de Seguros e Previdência	(6.461)	(7.606)
Despesas de Corretagem de Seguros	(4.814)	(4.624)
Despesas de Tarifas Interbancárias	(824)	(1.126)
Outras Despesas de Prestação de Serviços	(4.024)	(3.348)
Total	(38.142)	(38.013)
Resultado Líquido	40.647	46.950

25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO

	31/03/2024	31/03/2023
Receitas		
Instrumentos de Dívidas	1.054	-
Fundos de Investimento	-	-
Outros	-	-
Total	1.054	-
Despesas		
Instrumento de Dívidas	-	(509)
Outros	-	-
Total	-	(509)
Resultado Líquido	1.054	(509)

26. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	31/03/2024	31/03/2023
Receitas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	51.944	59.510
Pessoas	46.023	29.531
Total	97.967	89.041
Despesas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	(43.003)	(39.308)
Pessoas	(15.029)	(18.849)
Total	(58.032)	(58.157)
Resultado de Seguros e Previdência	39.935	30.884

27. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO E VARIAÇÃO CAMBIAL

	31/03/2024	31/03/2023
Receitas		
Variação Cambial	-	162
Total	-	162
Despesas		
Operação de Câmbio – Outros		
Variação Cambial	-	(100)
Total	-	(100)
Resultado Líquido	-	62

28. RESULTADO DE PERDAS COM IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

	31/03/2024	31/03/2023
Receitas		
Reversão de Provisão de Operações de Crédito	29.773	26.214
Total	29.773	26.214
Despesas		
Provisão de Operações de Crédito	(115.692)	(151.169)
Outras Provisões	381	328
Total	(115.311)	(150.841)
Resultado Líquido	(85.538)	(124.627)

29. DESPESAS DE PESSOAL

	31/03/2024	31/03/2023
Salários	(70.823)	(64.571)
Encargos Sociais Obrigatórios	(23.074)	(21.535)
Benefícios	(20.495)	(19.306)
Participações Estatutárias no Lucro	(7.787)	(7.559)
Remuneração da Diretoria e Conselho de Administração	(2.017)	(1.721)
Treinamento	(512)	(386)
Remuneração do Comitê de Auditoria	(95)	(91)
Remuneração do Conselho Fiscal	(217)	(201)
Total	(125.020)	(115.370)

30. PROVISÕES

	31/03/2024	31/03/2023
Receitas		
Reversão de Provisões Cíveis	3.671	5
Reversão de Provisões Fiscais	-	15.556
Reversão de Provisões Outras	155	176
Total	3.826	15.737
Despesas		
Contingências Trabalhistas	(6.792)	(10.103)
Contingências Cíveis	(1.562)	(1.645)
Contingências Fiscais	(891)	(2.008)
Contingências Outras	(86)	(81)
Total	(9.331)	(13.837)
Resultado das Provisões	(5.505)	1.900

31. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/03/2024	31/03/2023
Contribuição ao Cofins	(18.812)	(17.799)
Impostos s/Serv.de Qualquer Natureza-ISS	(4.296)	(4.499)
Contribuição ao PIS/PASEP	(3.085)	(2.921)
IPTU	(455)	(253)
Outras	(1.242)	(637)
Total	(27.890)	(26.109)

32. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/03/2024	31/03/2023
Depreciações e Amortizações	(25.283)	(19.101)
Serviços Técnicos Especializados	(18.347)	(11.948)
Processamento de Dados	(15.674)	(11.421)
Segurança e Vigilância	(6.130)	(5.538)
Manutenção e Conservação de Bens	(5.967)	(5.887)
Comunicação	(3.182)	(3.723)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(10.945)	(4.979)
Transporte	(2.931)	(3.548)
Água, Energia e Gás	(1.811)	(1.713)
Serviços de Terceiros	(3.898)	(3.510)
Juros de Direito de Uso de Arrendamento	(1.151)	(1.128)
Viagens	(718)	(368)
Materiais	(799)	(420)
Aluguéis(1)	(3.357)	(1.272)
Seguros	(8)	(66)
Contribuições Filantrópicas	(79)	(60)
Outras Despesas Administrativas	(2.665)	(2.101)
Total	(102.945)	(76.783)

(1) Refere-se a arrendamentos de curto prazo, baixo valor e pagamento variável.

33. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS

	31/03/2024	31/03/2023
Outras Receitas		
Ganho de Capital	178	180
Recuperação de Encargos e Despesas	512	168
Atualizações Monetárias	3.144	4.160
Depósitos Judiciais	3.135	4.160
Outras Atualizações	9	-
Créditos Decisões Trans. Julgado Cont. Previdenciárias	-	76
Reversão de Provisões Operacionais	12.818	3.806
Receitas de Tombamento	-	-
Variações Cambiais Ativas	280	-
Variações Cambiais Inversas	-	-
Outras Receitas Operacionais	840	535
Outras Rendas Não Operacionais	273	255
Total	18.045	9.180
Outras Despesas		
Contribuições ao FGC	(5.763)	(5.218)
Despesas com Cartões	(1.904)	(1.868)
Perda de Capital		
Ressarcimento de Custos	-	(1.677)
Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais		
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(1.117)	(1.677)
Encargos Trabalhistas INSS - Proc - Trabalhistas	(270)	(701)
Remuneração de Arrecadação - Benefício INSS	(409)	(381)
Despesa com Processos Cíveis	(4)	(59)
Estorno de Tarifa - Conta Corrente	(378)	(407)
Despesa com Regulação de Seguros	(173)	(246)
Variações Monetárias Passivas	(6)	(6)
Variações Cambiais Passivas	(66)	(183)
Variações Cambiais Inversas	-	(1)
Outras Despesas Operacionais	2.315	(694)
Outras Despesas Não Operacionais	(76)	(106)
Total	(7.856)	(13.224)
Resultado Líquido	10.189	(4.044)

34. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de março de 2024 foi baseado no lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais, no valor de R\$ 67.674 (R\$ 44.991 em 2023), e na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação de 315.912.860. O valor do resultado por ação básico e diluído foi de R\$ 0,21 em 31 de março de 2024 e R\$ 0,14 em 31 de março de 2023.

35. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social - Constituído por 231.006.000 ações ordinárias e 84.906.860 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, das quais 92,48% das ações ordinárias e 92,06% das ações preferenciais pertencem ao Estado do Espírito Santo.

b. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

c1. Reserva Legal - 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o

§ 1º do artigo 182 da Lei n.º 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

c2. Reservas Estatutárias - São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- **Reserva para Margem Operacional** - está limitada a 80% do valor do Capital Social e tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

- **Reserva de Risco em Operações de Câmbio** - está limitada a 10% do valor do Capital Social e tem por finalidade cobrir o risco de exposição em operações de câmbio, sendo formada com recursos equivalentes a até 2% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

d. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

d.1. Dividendos - O Estatuto Social confere direitos a dividendos obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, não podendo exceder a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, como dividendo obrigatório (Norma BrGaap). Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/95, o Banco optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio que foi imputado ao valor dos dividendos obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

	31/03/2024	31/03/2023
Base de Cálculo:		
Lucro do Trimestre BRGAAP	70.479	70.562
Reserva Legal	(3.509)	(3.507)
Base de cálculo	66.970	67.055
Total Dividendos e JSCP do Trimestre	21.600	21.000

d.2. Juros sobre o Capital Próprio - Os Juros sobre o Capital Próprio contabilizados no trimestre findo em 31 de março de 2024 no montante de R\$ 21.600 (R\$ 21.000 em 2023), com retenção de 15% de IRRF no valor de R\$ 157 (R\$ 152 em 2023), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do Imposto de Renda na Fonte perfazem o montante de R\$ 21.443 (R\$ 20.848 em 2023), foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, objetivando melhor aproveitamento tributário, previsto no Estatuto Social da Instituição, ad referendum da AGO 2024.

Demonstrativo de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referentes aos trimestres de 2024 e 2023:

	Valor Bruto Provisionado/Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2024	21.600	(157)	21.443	0,068373285
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	21.600	(157)	21.443	0,068373285

	Valor Bruto Provisionado/Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2023	19.500	(141)	19.359	0,061725882
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	19.500	(141)	19.359	0,061725882

d.3. Política de Dividendos do BANESTES S.A

O Conselho de Administração da Instituição aprovou em reunião extraordinária realizada em 23/03/2020 a Política de Dividendos do BANESTES.

Conforme previsto no item 5.1 da Política de Dividendos do BANESTES, o Conselho de Administração aprovou, no dia 19 de dezembro de 2023, o Calendário de Pagamentos de JCP Mensais para o Exercício de 2024. O Fato Relevante com o cronograma de pagamentos está disponível no site de Relações com Investidores do BANESTES (www.banestes.com.br/ri) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (<http://www.b3.com.br/>).

No dia 16 de janeiro de 2024, em consonância com o item 5.2 da Política, foi declarado pelo Conselho de Administração, ad referendum da AGO de 2024, o pagamento intermediário de Dividendos referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor bruto de R\$ 58.000 sendo R\$ 0,18359493 por ações ordinária e preferencial (ON e PN).

36. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O SFB gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento de propriedade de terceiros e outras modalidades de investimento em favor dos investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas exceto o Fundo de Investimento VGBL, em função de deter o controle, governar sua política operacional e financeira, ser o único quotista e gestor deste fundo.

As tarifas e as comissões auferidas durante o período pelos serviços prestados pelas entidades do SFB a esses fundos são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de Prestação de Serviços" na demonstração consolidada do resultado.

A partir do segundo trimestre de 2022 a BANESTES DTVM S.A. passou a ser a responsável pela administração dos fundos de investimento, que antes eram administrados pelo BANESTES S.A.

O patrimônio líquido dos fundos são os seguintes:

	31/03/2024	31/12/2023
Fundo de Investimento BANESTES Institucional - Renda Fixa	163.344	174.002
Fundo de Investimento BANESTES Invest Money - Renda Fixa	200.273	183.064
Fundo de Investimento BANESTES Invest Public - Renda Fixa	1.509.337	1.465.080
BANESTES Investidor Automático Fundo de Investimento - Renda Fixa - Curto Prazo	82.238	96.884
Fundo de Investimento BANESTES Previdenciário - Renda Fixa	232.992	261.091
Fundo de Investimento BANESTES Liquidez Renda Fixa Referenciado DI	3.125.189	2.927.068
Fundo de Investimento BANESTES Solidez Automático Renda Fixa Curto Prazo	320.495	278.126
Fundo de Investimento BANESTES Referencial IRF - M1 - Tít. Públicos - Renda Fixa	175.525	175.973
Fundo de Investimento BANESTES Tesouro Automático Renda Fixa Curto Prazo	336.168	199.160
BANESTES Debêntures Incentivadas FIC de Fundos de Investimento Multim. Créd. Priv	46.302	28.615
BANESTES Vitória 500 FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	7.760	7.704
BANESTES Valores FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	198.175	185.632
BANESTES VIP DI FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	293.348	282.381
BANESTES FIC de Fundo de Investimento de Ações - BTG Absoluto Institucional	141.937	148.992
BANESTES Estratégia FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa	146.113	145.095
BANESTES Dividendos Fundo de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento de Ações	13.382	13.819
FUNSES FIC FIM	616.332	577.449
BANESTES Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	14.747	12.327
BANESTES Explorer Institucional Fundo de Investimento em Cotas de FI Renda Fixa Longo Prazo	10.558	10.327
BANESTES IMA-B 5 Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	51.283	15.364
BANESTES Crédito Corporativo I FIC de FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	11.670	11.099
BANESTES MultiEstratégia Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	10.645	10.331
BANESTES Invest Fácil Fundo de Investimento Renda Fixa Simples	5.174	10.939
Total	7.712.987	7.220.522

37. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefício Pós-Emprego

O BANESTES é um dos patrocinadores da BANESES - BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciais a seus empregados. A modalidade deste Plano de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29 de outubro de 2013, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria n.º 602, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30 de outubro de 2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES <https://www.baneses.com.br/institucional/quem-somos/estatuto> e no endereço <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-ii/>.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria n.º 149 de 15/02/17, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação foi 02/05/17.

No primeiro trimestre de 2024, as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 9% do salário de participação), corresponderam R\$ 3.369 (R\$ 3.116 em 2023). Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

Os Conselhos Deliberativo da BANESES e de Administração do Banco, em reuniões realizadas em 25/07/2013 e 29/07/2013 respectivamente, aprovaram a política de reconhecimento de passivo atuarial (*déficit*) de forma equalizada entre participantes ativos (benefícios de riscos),

assistidos e patrocinadores, onde cada um contribuirá na proporção de 50%.

Tal aprovação teve como base a Lei Complementar n.º 108/2001, que disciplina, nos termos do artigo 1º, “a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas” e a Lei Complementar n.º 109/2001 que determina no artigo 21 que “o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar.

Os exercícios encerrados em 31/12/2023 e 31/12/2022 apresentaram resultados superavitários, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto, não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinador em função da definição dada pelo IAS 19 com relação à contabilização de um ativo atuarial que deverá observar o *asset ceiling*, que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de *superávit*, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade da empresa obter um benefício financeiro decorrente do *superávit* apresentado nos planos de benefícios.

38. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, como segue:

Além das transações apresentadas no quadro a seguir, no acumulado até 31 de março de 2024 foram distribuídos Juros sobre o Capital próprio ao Estado do Espírito Santo (Controlador) no montante de R\$ 21.600 (R\$ 21.000 em 2023).

Transação	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/03/2023
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (1):	(6.660)	(66.615)	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(6.660)	(66.615)	-	-
Depósitos à Vista (2):	(56.663)	(8.636)	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(56.663)	(8.636)	-	-
Depósitos a Prazo (2):	(5.838.608)	(6.046.454)	(180.112)	(207.643)
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(5.838.608)	(6.046.454)	(180.112)	(207.643)
Demais Transações (3):	137.913	228.106	(235)	599
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	-	-	(235) 113.334	(224)
Companhia do Gás de Espírito Santo (**)	24.579	-	-	823
Companhia Espiritosantense de Saneamento – CESAN (***)	113.334	114.053	-	-

(*) Compreende o Estado do Espírito Santo e órgãos da Administração Direta.

(**) Refere-se a operação de crédito de investimento para expansão das atividades da entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, realizada de acordo com taxas e prazos de mercado. Em 03/07/2023 foi assinado o contrato de Alienação da ES Gás.

(***) Refere-se a operação realizada com a CESAN - Companhia Espiritosantense de Saneamento, em 15/06/2023, entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, para Recomposição de Caixa, operação feita de acordo com taxas e prazos de mercado.

(1) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referem-se a valores destinados pelo Banco ao controlador;

(2) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

(3) As demais transações referem-se a receitas de cobrança entre o BANESTES e o controlador e são cobradas de acordo com contratos mantidos entre as partes.

a. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A seguir informamos a remuneração e os benefícios pagos:

Benefícios	31/03/2024				31/03/2023			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remuneração paga	254	1.747	217	95	243	1.431	201	91
Participação nos resultados	31	104	-	-	30	126	-	-
Benefícios pós-emprego	-	106	-	-	-	101	-	-
Totais:	285	1.957	217	95	273	1.658	201	91

39. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMONIO LIQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Atribuído à Controladora	Patrimonio Líquido		Lucro Líquido	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/03/2023
BRGAAP	2.271.978	2.216.351	68.287	70.562
Provisão Perdas Esperadas Operação Crédito e TVM – PDD	(191.389)	(174.694)	(13.315)	(46.004)
Contratos de Arrendamento	(651)	(4.047)	3.397	(325)
Efeito Fiscal	86.232	80.277	4.434	21.029
Outros	7.752	2.931	4.821	(271)
IFRS	2.173.922	2.120.818	67.624	44.991
Diferenças entre o IFRS x BRGAAP	(98.056)	(95.533)	(663)	(25.571)

Provisão Perdas Esperada de Operações de Crédito e TVM

São as perdas esperadas de empréstimos e adiantamentos a clientes e aos demais ativos financeiros.

Contratos de Arrendamento

É o reconhecimento dos contratos de arrendamento com prazo maior que 12 meses e cujo o ativo individual tem valor relevante.

Efeito Fiscal sobre os Ajustes de IFRS

Constituição de IR e CSLL diferidos sobre as diferenças de prática contábil.

Outros Ajustes

São os ajustes de valores não materiais, de forma individual ou agregada.

40. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do BANESTES autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 13 de maio de 2024, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas Demonstrações.

Órgãos da Administração em 13 de maio de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maelcio Maurício Soares (Presidente)
Carla Barreto
Danilo Ronaldo Alves dos Santos Bicalho
João Luiz Pereira de Oliveira
José Amarildo Casagrande
Marcello Rinaldi
Marinete Andrião Francischetto
Sebastião José Balarini

DIRETORIA

José Amarildo Casagrande (Presidente)
Alcio de Araujo
Carlos Artur Hauschild
Fernando Valli Cardoso
Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi
Marcos Vinícius Nunes Montes
Silvio Henrique Brunoro Grillo
Vicente Lopes Duarte

CONSELHO FISCAL

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Davi Diniz de Carvalho
Eduardo José Zanoteli
Ivo Murcia
José Elias Feres de Almeida

COMITÊ DE AUDITORIA

Christiano Santos Corrêa
Mário Zan Barros
Sebastião José Balarini

CONTADOR

Magno Willian Viana da Silva
CRC-ES 020.893/O-0

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Analizamos os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito, referentes ao período findo em 31 de março de 2024, auditadas pela KPMG, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Informações Contábeis, Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais e o Relatório de Revisão, sem ressalva, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

Considerando tratar-se de informações contábeis intermediárias e que os trabalhos de revisão dos auditores independentes, não identificaram falhas em sua elaboração, no que diz respeito aos aspectos relevantes, que estivessem em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, cujo efeito pudesse comprometer, de forma material, a fidedignidade dessas informações contábeis, o Comitê de Auditoria emite esta Manifestação favorável à aprovação das Informações Contábeis, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, pelo Conselho de Administração.

Vitória (ES), 13 de maio de 2024

Mário Zan Barros

Christiano Santos Corrêa

Sebastião José Balarini

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos ter examinado os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, relativas ao período findo em 31 de março de 2024, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas, bem como o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, e o Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais.

Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória (ES), 13 de maio de 2024

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Conselheiro Efetivo

Davi Diniz de Carvalho
Conselheiro Efetivo

Eduardo José Zanoteli
Conselheiro Efetivo

Ivo Murcia
Conselheiro Efetivo

José Elias Feres de Almeida
Conselheiro Efetivo

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que:

1. Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos Auditores Independentes e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer sem ressalvas, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisamos as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS relativas ao período findo em 31 de março de 2024 do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Vitória (ES), 13 de maio de 2024

José Amarildo Casagrande
Diretor-Presidente

Silvio Henrique Brunoro Grillo
Diretor de Relações com Investidores e de
Finanças